

## Pensando geograficamente: o capitalismo globalizante e além\*

Eric Sheppard\*\*

Universidade da Califórnia, Califórnia

Tradução: Matheus Cavalcanti Bartholomeu\*\*\*

**Resumo:** No espírito de fortalecer seus fundamentos intelectuais e esclarecer suas contribuições para dar sentido ao mundo, devemos resistir a qualquer inclinação a tratar a geografia como um clube – uma disciplina com fronteiras a serem policiadas e defendidas. Advogo pelas forças de se pensar geograficamente, uma maneira de ser no mundo aberta a todos. Isso significa lidar com a geografia da produção de conhecimento; com como as espaço-temporalidades moldam e são moldadas por processos socionaturais; com o mundo mais-que-humano emergente; com a variedade de ontologias, epistemologias e metodologias que estão na base das alegações de conhecimento; e com o mundo não só como ele é, mas também como pode ser. Pensar geograficamente sobre o capitalismo globalizante permite problematizar as posicionalidades socioespaciais particulares a partir das quais houve a metástase dos entendimentos de senso comum sobre o capitalismo. A Europa não inventou as práticas capitalistas, mas se tornou o centro de cálculo do capitalismo globalizante, catalisado pelas dinâmicas espaciais do colonialismo que a fizeram ascender em relação a seus predecessores. Pensar geograficamente mina as considerações convencionais sobre o capitalismo globalizante que emanam da Europa, que se referem a uma maré crescente capaz de levantar todos os barcos e trazer prosperidade a todos os indivíduos responsáveis e que trabalham duro e a todos os territórios bem governados. Na verdade, essas considerações fundadas no corpo e no lugar obscurecem o modo pelo qual as conectividades assimétricas entre os lugares e as dinâmicas interescares, que co-evoluem com o desenvolvimento geográfico desigual, coproduzem uma posicionalidade socioespacial e condições de possibilidade desiguais para aqueles que propagam ou se deparam com o capitalismo globalizante. O capitalismo também não pode ser compreendido, ou praticado, simplesmente como um processo econômico; seus aspectos econômicos estão co-implicados com processos políticos, culturais (de gênero, raciais etc.), sociais e biofísicos, de maneiras que repetidamente superam e enfraquecem quaisquer "leis da economia". Pensar geograficamente torna necessário conceder espaço para trajetórias e experiências alternativas e mais-que-capitalistas, enriquecidas por experiências periféricas do capitalismo globalizante e por encontros com ele na periferia.

**Palavras chave:** capitalismo; geografia; globalização; posicionalidade socioespacial.

### THINKING GEOGRAPHICALLY: GLOBALIZING CAPITALISM AND BEYOND

**Abstract:** In the spirit of strengthening its intellectual foundations and clarifying its contributions to making sense of Earth, we should resist any inclination to treat geography as a club—a discipline with boundaries to be policed and defended. I advocate for the strengths of thinking geographically, a way of being in the world open to all. This means attending to the geography of knowledge production; how spatiotemporalities shape and are shaped by socionatural processes; the emergent more-than-human world; the variety of ontologies, epistemologies, and methodologies underlying knowledge claims; and the world not only as it is but also as it should be. Thinking geographically about globalizing capitalism can problematize the particular sociospatial positionalities from which commonsense understandings of capitalism have metastasized. Europe did not invent capitalist practices but became globalizing capitalism's center of calculation, catalyzed by the spatial dynamics of colonialism elevating Europe relative to its predecessors. Thinking geographically undermines the mainstream account of globalizing capitalism emanating from Europe, that of a rising tide capable of lifting all boats and bringing prosperity to all hard-working and responsible individuals and well-governed territories. Indeed, such body- and place-based accounts obscure how asymmetric connectivities between places and interscalar dynamics, coevolving with uneven geographical development, coproduce unequal sociospatial positionality and conditions of possibility for those propagating and encountering globalizing capitalism. Capitalism also cannot be understood, or practiced, simply as an economic process; its economic aspects are co-implicated with political, cultural (gendered, raced, etc.), social, and biophysical processes, in ways that repeatedly exceed and undermine any "laws of economics." Thinking geographically necessitates acknowledging space for alternative, more-than-capitalist experiments and trajectories, enriched by peripheral experiences of and encounters with globalizing capitalism.

**Keywords:** capitalism; geography; globalization; sociospatial positionality.

\*Este texto foi originalmente publicado no volume 105, número 6 do periódico *Annals of the Association of American Geographers* na categoria de *Presidential Address*. Os *Presidential Addresses* são discursos anuais proferidos, nos Encontros Anuais da Associação Americana de Geógrafos (AAG), pelos Ex-Presidentes da AAG cujos mandatos foram imediatamente anteriores ao mandato em curso. No ano seguinte, eles são publicados em forma de artigo na revista mencionada. Referência da publicação original: SHEPPARD, Eric. (2015) Thinking geographically: globalizing capitalism and beyond. *Annals of the Association of American Geographers*, [s.l.], v. 105, n. 6, p. 1113-1134. DOI: 10.1080/00045608.2015.1064513.

\*\*Professor e ocupante da Cadeira Alexander von Humboldt do Departamento de Geografia da Universidade da Califórnia, Los Angeles e Professor Emérito da Universidade de Minnesota, Estados Unidos. Bacharel em Geografia pela Universidade de Bristol, Reino Unido (1972), Mestre (1974) e Doutor (1976) em Geografia pela Universidade de Toronto, Canadá. Ex-Presidente da Associação Americana de Geógrafos (2012-2013). Endereço para correspondência: Department of Geography, University of California, Los Angeles, Los Angeles, CA 90095. E-mail: esheppard@geog.ucla.edu.

\*\*\*Bacharel e Licenciado (2014), Mestre (2016) e Doutorando em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Membro do Laboratório de Estudos Regionais em Geografia (LERGEIO/USP). Pesquisador do INCT Observatório das Metrópoles. Bolsista de Doutorado INCT/CAPES. E-mail: matheuscb@live.com. O tradutor agradece ao Prof. Eric Sheppard, aos *Annals of the Association of American Geographers* e ao Taylor & Francis Group pela cordialidade e pela anuência à publicação, e a Melissa Maria Veloso Steda pela revisão da tradução.

Quando Wilhelm von Humboldt fundou a primeira universidade estatal da Alemanha em 1810, a Universidade de Berlim (hoje, Universidade Humboldt de Berlim), sua visão moldou a organização subsequente da produção de conhecimento na academia europeia-americana. No contexto do Iluminismo europeu e das aspirações ao conhecimento enciclopédico, Humboldt imaginou uma *Universitas litterarum*: unificar pesquisa e ensino no que hoje chamaríamos de uma educação em artes liberais. As humanidades eram uma parte essencial disso, seguindo a visão pedagógica do primeiro reitor, Johann Gottlieb Fichte. Da perspectiva do Estado imperial alemão que financiava esse projeto, o objetivo era a construção da nação, a articulação de uma comunidade imaginada nacional (ANDERSON, 1991). "Objeto e processo se unem organicamente e o lugar onde se unem é a universidade, que dá então ao povo uma ideia de Estado-nação de acordo com a qual viver e ao Estado-nação, um povo capaz de viver de acordo com essa ideia." (READINGS, 1966, p. 65) A reinvenção das universidades como braços do Estado-nação em vez de centros de instrução religiosa também marcou a migração da produção secular de conhecimento para os espaços da universidade (para além dos lares de cavalheiros doutos e suas sociedades eruditas; SHAPIN, 1998; LIVINGSTONE, 2000). Para a maioria dos Estados-nação europeus que passaram a promulgar essas instituições a partir de 1810, o Estado-nação era inseparável da expansão colonial e imperial. A produção de conhecimento na escala nacional estava, pois, estreitamente ligada à reunião e à produção de conhecimento do mundo mais amplo, igualmente para propósitos coloniais e imperiais (cf. LAW, 1996).

Essa foi a era da classificação no pensamento europeu (FOUCAULT, 1973 <sup>1</sup>), com muito esforço devotado a reunir e classificar o mundo conhecido pelos europeus (incluindo os esforços do irmão de Wilhelm, Alexander: HUMBOLDT, 1845-1862). Nesse espírito, Wilhelm classificou a produção de conhecimento em quatro faculdades na nova universidade: direito, medicina, filosofia (com Hegel como o professor) e teologia. Com o impulso de Alexander, outras disciplinas foram incluídas como ciências e matemáticas. A geografia, junto com a história, foi categorizada dentro das humanidades, tendo tido um *ausserordentlicher*<sup>2</sup> professor contratado para aquela (Johann August Zeune). A nomeação subsequente de Carl Ritter popularizou o campo (Karl Marx cursou suas aulas), culminando no primeiro Departamento de Geografia de uma universidade estatal em 1887.

Neste lugar e tempo, parecia natural organizar a universidade em disciplinas, a serem agregadas em uma estrutura categorial em escala mais ampla de *Fakultäten*, ou faculdades – o que colocou um dilema para a geografia desde então. O alcance intelectual da geografia, das humanidades às ciências naturais, excede qualquer tentativa de subjugar-la a uma estrutura categorial da produção de conhecimento. Decerto, essa mesma estrutura disciplinar tem sido repetidamente desafiada por iniciativas que favorecem a interdisciplinaridade, por meio da transversalidade de currículos, programas, centros, institutos e grupos. Essas iniciativas tornam a geografia atrativa como "a disciplina interdisciplinar", cujos membros – assim argumentamos – se adequam de forma única a tais projetos. Porém, elas simultaneamente desafiam o status da geografia como uma disciplina, com iniciativas tais quais estudos ambientais, globais e urbanos, aparentemente reinventando o que os geógrafos fazem. Além disso, iniciativas interdisciplinares repetidas vezes morrem na praia – e acumulam poder burocrático – das disciplinas.

As disciplinas são o que os economistas chamariam de clubes, funcionando simultaneamente para excluir e incluir com base na filiação. Nós acreditamos que os limites da geografia são menos precisos que a maioria, mas eles permanecem sendo limites – a serem defendidos com base na construção de uma essência de princípios intelectuais nucleares aos quais recorrer quando as fronteiras estão ameaçadas (LAKATOS, 1970), o que chama à existência uma comunidade imaginada disciplinar. Os geógrafos, por certo, debatem-se para concordar a respeito do que exatamente seria essa essência: uma fraqueza num mundo acadêmico de disciplinas, mas uma força em outros contextos. Assim como disse Groucho Marx quando pediu demissão do Friars Club of Beverly Hills: "Eu não quero pertencer a clube algum que aceitará pessoas como eu como membros." Em vez de se debater sobre o que constitui o clube disciplinar da geografia, quem pertence a ele e como ele funciona em relação a outros clubes afins, neste artigo eu considero a importância de pensar geograficamente. Construir a produção de conhecimento em torno de clubes disciplinares fomenta o essencialismo (o que constitui o núcleo duro da geografia?), a edificação e patrulhamento de limites (quem está dentro e quem está fora?), a rivalidade e a competição (como o nosso desempenho se compara com o de outros clubes?); nada disso contribui para o trabalho duro, arriscado e necessariamente colaborativo que é a produção de conhecimento. Ao contrário das disciplinas, pensar geograficamente pode ser algo inclusivo. É uma atividade da qual todos os humanos podem participar, e de fato

<sup>1</sup>Originalmente publicado em 1971.

<sup>2</sup>N.T.: Do alemão, extraordinário.

o fazem na vida cotidiana. Pensar geograficamente é difícil, mas traz compreensões profundamente insígnies sobre o que ocorre na superfície da Terra. Ao fazê-lo, acena-se para certos modos de agir no mundo — práxis geográficas, se assim preferir —, cujas implicações podem ser em si significativas.

Este artigo está organizado em três seções. Primeiro, eu delinéo a cartografia intelectual do que significa pensar geograficamente. Em segundo lugar, examino o que significa pensar geograficamente acerca do capitalismo globalizante — acerca da maneira atualmente hegemônica pela qual (se pensa que) as atividades econômicas interagem com a socrionatureza — e como pensar geograficamente perturba profundamente as representações convencionais, “poliônicas”, da natureza e das consequências do capitalismo globalizante. Em terceiro lugar, aponto implicações do agir no mundo que se origina dessa intervenção disruptiva.

### Pensando geograficamente

Ao pensar geograficamente, não se deveria buscar um consenso em torno de um corpo monista de conhecimento, fundado sobre alguns princípios nucleares lakatosianos. Pensar geograficamente significa lidar com a geografia da produção de conhecimento e com a variedade de ontologias, epistemologias e metodologias que estão na base das alegações de conhecimento. Significa lidar com o modo como as espaço-temporalidades moldam processos socrionaturais e são por eles moldadas e lidar com o mundo mais-que-humano que emerge das interdependências entre a concepção e a ação humanas e as materialidades que habitamos. Finalmente, pensar geograficamente implica em praticar um pluralismo engajado: debate constante e em aberto e crítica mútua entre produtores de saberes diferentemente posicionados, dispostos a aprender um com as epistemologias locais do outro e desejosos de pensar em como o mundo poderia ser — não só como ele é.

### Produção geográfica de conhecimento

Pensar geograficamente significa lidar com a geografia de como os humanos produzem conhecimento — lidar com a questão relativa a onde e quando as ideias se tornam persuasivas, com os mecanismos por meio dos quais elas se movem pelo espaço-tempo e com seus efeitos no mundo. Apenas algumas crenças sobre o mundo atingem o *status* de conhecimento; se

queremos chegar a entendimentos confiáveis sobre o mundo, precisamos refletir criticamente a respeito de como isso acontece e as bases sobre as quais certas perspectivas se tornam hegemônicas. Como argumentou Longino (2002), essas crenças que nós tomamos como confiáveis o bastante para chamá-las de conhecimento funcionam como monismos — declarações sobre o mundo cuja validade é tida como certa. A lei da gravitação universal de Newton é um exemplo, assim como nossas compreensões sobre como os primatas se comportam ou sobre a doutrina do livre-comércio (o livre-comércio é uma maré alta que levanta todos os barcos<sup>3</sup>). No entanto, como Longino também argumentou e outros demonstraram (por exemplo, HARAWAY, 1991; SHAPIN, 1996), todos esses monismos começam como epistemologias locais — modos de compreender eventos que fazem sentido em contextos particulares. Eles recebem o *status* de monismo ao ganhar asas e rumar para escalas mais amplas, passando aparentemente a esclarecer todos os casos em que esses eventos podem ser verificados. Filósofos da ciência e da tecnologia têm questionado a naturalidade desse redimensionamento. Primeiramente, nossas experiências do mundo são carregadas de teoria — o que parecemos experimentar e tomar como significativo depende dos pressupostos que trazemos ao mundo (POPPER, 1959). Em segundo lugar, o conhecimento é situado (HARAWAY, 1988): o que uma pessoa vem a saber depende de como ele ou ela se situa socialmente, mas também geograficamente, em relação a outros produtores de conhecimento (cf. TUAN, 1977). Em terceiro lugar, a produção de conhecimento é um processo consideravelmente partilhado que não pode ser reduzido a grandes homens e instituições que reivindicam a originalidade de uma ideia; a produção de conhecimento reflete as ações de participantes multifacetados, mais-que-humanos, em extensivos e cambiantes atores-redes de produção de saberes (LATOUR, 1987). Em quarto lugar, a produção e a mobilidade do que conta como conhecimento são atravessadas por relações de poder, por meio das quais determinadas ideias ganham o *status* de conhecimentos do senso comum, enquanto outras são relegadas ao *status* de crenças particulares e pobremente justificadas. O que vem a contar como conhecimento, então, pode refletir o poder e a influência de seletos produtores de saberes tanto quanto a confiabilidade de tal conhecimento reflete (KUHN, 1962; FOUCAULT, 1977<sup>4</sup>; LATOUR, 1987; HARDING, 1991).

Abordar geograficamente essa problemática quer

<sup>3</sup>N.T.: O autor faz referência a uma frase comumente atribuída a John F. Kennedy, “a rising tide lifts all boats”, e que geralmente se aplica à concepção de que o livre-comércio beneficia a todos.

<sup>4</sup>Originalmente publicado em 1975.

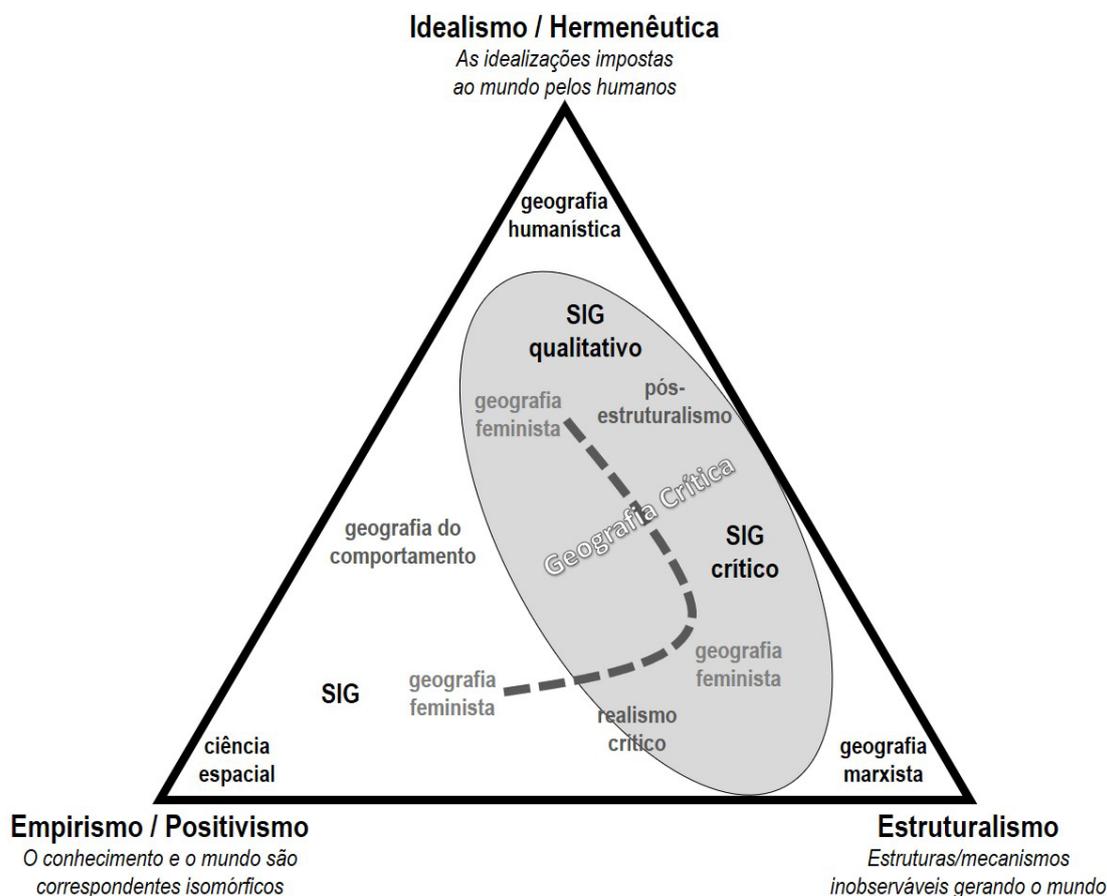
dizer lidar a espaço-temporalidade da produção de conhecimento. Começando com o que chamei de posicionalidade socioespacial (SHEPPARD, 2002) daqueles que produzem conhecimento, é necessário traçar quais epistemologias locais vêm a se propagar e quais outros conhecimentos, emanando de outras posicionalidades, são marginalizados por – ou regridem a – aqueles que se tornam monismos. Na teoria feminista, o termo posicionalidade foi cunhado para dar sentido à situacionalidade social dos sujeitos “em termos de gênero, raça, classe, sexualidade e outros eixos de diferença social” (NAGAR; GEIGER, 2007, p. 267). Nesta visão, sujeitos diferentemente posicionados têm distintas identidades, experiências e perspectivas, que moldam seu entendimento do mundo e seu envolvimento com ele, sua postura ontológica e epistemológica e suas ações. Contudo, a posicionalidade é socioespacial. Por exemplo, mulheres do Terceiro Mundo estão diferentemente posicionadas em comparação a suas homólogas do Primeiro Mundo, o que enfraquece afirmações rasas de um feminismo global (MOHANTY, 2003). Tal como no pensamento de redes, a posicionalidade socioespacial é um conceito relacional, que enfatiza as conectividades entre sujeitos diferentemente posicionados, além de desigualmente empoderados. A ideia de posicionalidade discute tanto a diferença quanto a desigualdade, mas também questiona a generalidade e o *status* normativo de qualquer posicionalidade individualmente considerada. Por exemplo, empoderar mulheres numa sociedade patriarcal implica em minar a incontestabilidade das normas e práticas masculinas. Por fim, a posicionalidade socioespacial renova-se continuamente. As renovações reproduzem rotineiramente posicionalidades preexistentes – dando-lhes uma durabilidade aparentemente natural –, mas, ocasionalmente, elas remodelam radicalmente a geometria de poder das posicionalidades socioespaciais, trazendo o que eram epistemologias marginais para o centro da produção de conhecimento. O desafio que tudo isso representa para a produção de conhecimento é a possibilidade de que o conhecimento produzido a partir de certas posicionalidades falsamente se torne aceito como conhecimento aplicável a todas.

Pensar geograficamente sobre a produção de conhecimento também significa ocupar-se com uma ampla, e às vezes aparentemente contraditória, variedade de pontos de partida ontológicos para a produção de conhecimento. Durante o longo século XX, o pensamento geográfico anglófono gerou uma grande coleção de “ismos” que em diversos pontos do tempo foram promovidos como pontos de partida filosóficos para o conhecimento geográfico: empirismo

(lógico); positivismo; fenomenologia; existencialismo; hermenêutica; estruturalismo; marxismo; realismo crítico; feminismo; pós-estruturalismo e abordagens relacionadas que têm “pós” como prefixo (BARNES, 1996); relacionalidade; materialidade; e daí em diante. Essa lista sempre em expansão tem sido muito produtiva em relação a novos conhecimentos, mas tem simultaneamente sido bastante incapacitante. (Ainda que esses debates tenham prevalecido particularmente na geografia humana, não se pode negligenciar sua relevância para outras áreas da disciplina: CHURCH, 1996; RHOADS; THORN, 1996; HARRISON; DUNHAM, 1998; LESZCZYNSKI, 2009; INKPEN; WILSON, 2013; LAVE *et al.*, 2014.) Como os tempos de rotatividade têm se encurtado e os bebês têm sido jogados fora junto com a água do banho, categorizar o pensamento geográfico em “ismos” que concorrem entre si está se tornando tão problemático quanto a classificação da produção do conhecimento acadêmico em disciplinas, sobre o que comecei falando.

Como essa proliferação filosófica poderia ser abordada de maneira mais produtiva? Um ponto de partida útil seria reconhecer que o conhecimento acadêmico existente, ainda que altamente variegado, não pode ser conformado aos ideais de uma escola filosófica em particular (SHEPPARD, 2014). Entretanto, essas escolas funcionam como tipos ideais que estudiosos usam para justificar alegações de conhecimento e para se identificar com comunidades intelectuais. Em vez de tabelas de “ismos” e suas propriedades essenciais, considere a visualização relacional retratada na figura 1. Nos polos deste triângulo epistemológico estão três ontologias que, em sua forma pura, foram propostas por filósofos do Iluminismo europeu: o empirismo/positivismo lógico (em que a observação é a chave para explicar o mundo), o estruturalismo (em que o mundo se explica como a consequência de inobserváveis mecanismos forçantes subjacentes) e o idealismo ou hermenêutica (em que a significação é a chave para entender o mundo). Cada polo retrata uma posição extrema. O empirismo lógico faz a afirmação ontológica de que o mundo está simplesmente “lá fora”, aguardando os humanos a descobri-lo; as observações devem ser coletadas e ordenadas e as teorias, testadas com base em suas previsões empíricas (HARVEY, 1969). O estruturalismo insiste que a observação acaba por esconder os processos subjacentes que de fato contam para o mundo que experienciamos; ele busca, então, confirmação na coerência teórica, em vez de na correspondência empírica (DOSSE; GLASSMAN, 1998). O idealismo ou hermenêutica funda-se na afirmação ontológica de que o mundo que os humanos percebem

Figura 1: O triângulo epistemológico – Desenhado por Matt Zebrowski, cartógrafo, Departamento de Geografia, UCLA.



é determinado pelo significado que lhe damos; por consequência, o conhecimento deve ser alcançado por meio de processos de interpretação, abstração e compreensão (em vez de explicação).

Outros "ismos" podem ser localizados nesse triângulo – muito possivelmente ocupando zonas ou mesmo espaços descontínuos. Desde pelo menos a era da ciência espacial, os geógrafos têm experimentado com muito do espaço filosófico que esse triângulo proporciona. Nos anos 1960 e 1970, a ciência espacial, a geografia marxista e a geografia humanista se identificavam com diferentes polos. Nos anos 1980, o realismo crítico instalou-se numa posição intermediária entre o estruturalismo e o empirismo. O pós-estruturalismo, enfatizando a interpretação e a representação, está entre o idealismo e o estruturalismo. A geografia feminista seguiu uma trajetória que partiu de trabalhos empíricos iniciais (documentando os espaços das mulheres), passou pela geografia radical feminista (segunda onda do feminismo, andando junto com abordagens marxistas) e chegou aos paradigmas que têm "pós" como prefixo (terceira onda do feminismo). Os sistemas de informação geográfica (SIG) inicialmente se identificavam fortemente com o

polo da ciência espacial empírica, mas partes dos SIG se moveram em direção ao centro do triângulo com a emergência do SIG crítico (SCHUURMAN, 1999, 2001, 2002; SHEPPARD, 2005b).

Diferentes abordagens epistemológicas em relação à produção de conhecimento também implicam em diferentes metodologias por meio das quais o conhecimento pode ser avaliado conforme sua validade e confiabilidade. Em discussões disciplinares, nós geralmente associamos tais metodologias com os diferentes cantos do triângulo, como se nunca dois deles fossem se encontrar, mas, novamente, o conhecimento acadêmico na verdade repetidamente escapa dessas compartimentações. Em vez de debater, digamos, métodos quantitativos *versus* qualitativos, interpretação *versus* explicação ou lógica aristotélica *versus* lógica dialética, o pensar geográfico implica em dar espaço tanto a uma ampla variedade de métodos (da modelagem matemática de cenários artificiais a estatística espacial, análise dialética, entrevistas, etnografia, análise textual e visual, pesquisa participativa etc.) quanto a combinações rigorosamente prudentes de diferentes métodos, como planos de pesquisa que utilizam métodos múltiplos ou

misturados.

Ao enfatizar esse espaço epistemológico em substituição aos “ismos” compartimentados, estou advogando pela possibilidade de participação através da diferença ontológica, epistemológica e metodológica, em vez de ter que escolher entre elas. Importante salientar que isso não deve ser entendido como se sugeríssemos que aqueles que pensam geograficamente deveriam convergir para uma espécie de mediana feliz que mistura um pouco de tudo: é provável que esse tipo de relativismo e ecletismo seja tão insustentável quanto é caótico. Em vez disso, estudiosos distintamente posicionados, espalhados por esse espaço metodológico, deveriam advogar apaixonadamente por aquilo de que estão convencidos de ser o melhor modo de se produzir o conhecimento de um tipo particular, enquanto permanecem abertos a aprender com outros estudiosos também apaixonadamente posicionados em outros pontos do triângulo.

### Pensando geograficamente, mas sobre o quê?

O debate em curso na geografia anglófona, buscando identificar o tal núcleo duro a ser defendido das investidas imperialistas de outros, é sobre se a geografia deveria ser definida como a disciplina do espaço (frequentemente retornando a Immanuel Kant) ou como a disciplina das relações humano–ambiente (mais recentemente, natureza–sociedade). Evitando o essencialismo e a rivalidade intradisciplinar provocada por um debate tão “oito ou oitenta”, pensar geograficamente implica uma atitude do tipo “tanto um quanto outro”.

### Espaço-temporalidade

A revolução da ciência espacial, mais que qualquer momento, encaminhou a ideia de que o coração do pensamento geográfico é um foco no espaço. Invocando a ideia de leis morfológicas, argumentou-se que a teoria geográfica (humana) deveria focar na distância e seus impactos na organização das atividades econômicas (BUNGE, 1966). Isso foi contraposto a um foco na região, com Hartshorne construído como o bode expiatório de uma consideração supostamente idiográfica daquilo que ele chamou de “diferenciação de áreas” (HARTSHORNE, 1939; SCHAEFFER, 1953) — a despeito de seu próprio endosso a uma abordagem científica (HARTSHORNE, 1959; LUKEMANN, 1989). Isso criou uma polarização no pensamento geográfico que se manteve conosco: entre espaço ou distância — o lado em que jogam os novos

cientistas espaciais — e lugar ou região — o lado da geografia humanística. Ainda assim, geógrafos regionais ecientistas espaciais compartilhavam uma predisposição a conceituar espacialidade (espaço ou lugar) de maneiras cartesianas ou newtonianas; isto é, como independente do fenômeno a ser estudado. Abordar as regiões como territórios bem definidos com feições características enfatizava a localização absoluta, contra a qual a ciência espacial promovia a ideia de localização relativa. A virada para a geografia radical desafiou o “fetichismo espacial” da ciência espacial (SMITH, 1981), apoiando-se no trabalho filosófico de Lefebvre para defender a ideia de que a espacialidade é um produto de processos sociais, ao invés de um aspecto dado do mundo, de modo que a tarefa geográfica seria a conceitualização de como o espaço é produzido (LEFEBVRE, 1991<sup>5</sup>; SMITH, 1984). Mas se o espaço é simplesmente o produto de processos sociais, isso parecia evacuar a espacialidade de qualquer poder causal ou significância teórica. De modo quase exatamente análogo a muitos debates anteriores sobre determinismo ambiental, possibilismo e probabilismo (ou na sociologia, entre individualismo metodológico, estruturalismo e estruturação; GIDDENS, 1984), emergiu um consenso em torno do que Soja chamou de dialética socioespacial e que Harvey equiparou ao espaço relacional de Leibniz (e à filosofia relacional de Whitehead). Embora as espacialidades sejam moldadas por processos sociais (na verdade, socionaturais), as próprias espacialidades emergentes moldam processos sociais (socionaturais) (SOJA, 1980; HARVEY, 1996). Isso se tornou um *leitmotiv* entre geógrafos humanos, também sendo bem aceito além da disciplina, sob a alcunha da teoria socioespacial.

Mas o que se quer dizer por espacialidade? Geógrafos humanos anglófonos têm se colocado numa espécie de marcha forçada de um conceito espacial ao seguinte, marcada por afirmações repetidas de que o conceito mais recente supera o anterior e acompanhada de amnésia sobre o que foi rejeitado. Nos anos 1980, reforçando a rejeição do foco supostamente fetichista na distância pelos cientistas espaciais, o lugar se tornou o conceito-chave: localidades, distritos industriais, cidades e afins (cf. MURGATROYD *et al.*, 1985; SCOTT, A., 1988; STORPER; WALKER, 1989; STORPER; SCOTT, 1993). O início dos anos 1990 presenciou uma virada para a teorização da produção da escala geográfica (por exemplo, SMITH, 1992; BRENNER, 1997; DELANEY; LEITNER, 1997; MARSTON, 2000), rapidamente sucedida por uma virada para o espaço relacional ou redes horizontalizadas e auto-organizadas

<sup>5</sup> Originalmente publicado em 1974.

(MURDOCH, 1997, 2005). Chamadas subsequentes, que frequentemente pareciam uma sucessão de viradas cuja vida era cada vez mais curta, defenderam como alternativas a mobilidade (um conceito espaço-temporal), ontologias planas (sítios), agenciamentos e o espaço-fase (SHEPPARD, 2002; MARSTON; JONES; WOODWARD, 2005; CRESSWELL, 2006; JONES, 2009; ANDERSON; MCFARLANE, 2011). Outras espacialidades, emergindo de perspectivas feministas, antipodais e pós-coloniais tiveram menos força; por exemplo, espaço paradoxal, espaço de partição ou espaço cinza (ROSE, 1993; CHATURVEDI, 2003; O'NEILL; MCGUIRK, 2005; YIFTACHEL, 2009). Espacialidade se refere a cada uma dessas e mais.

O pensar geográfico significa engajar-se com a pluralidade, sem buscar tornar determinada espacialidade no metaconceito ou vê-las como itens de um cardápio para que sejam escolhidas (cf. JESSOP; BRENNER; JONES, 2008). Deve-se estar aberto para uma multiplicidade potencialmente ilimitada de espacialidades, a serem desdobradas uma em relação, e em interseção, com a outra (LEITNER; SHEPPARD; SZIARTO, 2008). Sem essa abertura, o pensamento geográfico corre o risco de restringir suas possibilidades. Deixe-me oferecer dois exemplos disso. Um foco no lugar, como uma unidade de análise delimitada e homogênea, empurra o pensamento geográfico para o que Massey (1999, p. 271) chamou de uma imaginação geográfica que "rearranja a diferenciação espacial em termos de uma sequência temporal". Como argumentarei mais adiante, as considerações convencionais sobre o capitalismo globalizante estão infestadas disso. Um foco em redes horizontalizadas e ontologias planas promove uma imaginação geográfica quase oposta, de proliferação e volatilidade infinitas, com o futuro radicalmente incerto em todos os pontos. Tal aprisionamento pode ser evitado ao reconhecer como aquilo que acontece nos lugares é heterogeneamente moldado por conectividades que se estendem além de suas fronteiras (MASSEY, 1991) e como possibilidades de nivelamento se friccionam com desigualdades já existentes (previamente produzidas socionaturalmente) (LEITNER; PAVLIK; SHEPPARD, 2002; LEITNER; MILLER, 2007).

Como esses dois exemplos indicam, conceitualizações de espacialidade também estão firmemente amarradas às de temporalidade. Os geógrafos deveriam, no entanto, trabalhar mais para estender seus debates sobre espacialidade para a questão da espaço-temporalidade (cf. WILLEMS-BRAUN, 1997; DRIVER, 2003). Considerações filosóficas há muito têm salientado as relações íntimas e mutualmente constitutivas entre espaço e tempo. Esperar-se-ia que

aqueles que pensam geograficamente buscassem conceitualizar formas emergentes de espaço-temporalidade e seus efeitos, em relação dialética com processos sociais (socionaturais) (cf. MAY; THRIFT, 2001). Apesar de tentativas proeminentes de abrir essa agenda na disciplina (por exemplo, HARVEY, 1990; THRIFT, 1994; MASSEY, 1999), a longa sombra de Kant é evidente em uma obsessão disciplinar autoimposta com o espaço (que muito frequentemente marginaliza o conhecimento acadêmico histórico-geográfico). Pensar geograficamente precisa implicar em levar a historicidade a sério, como historicidade espacial ou geo-história (CARTER; MALOUF, 1989).

### *Intradisciplinaridade radical*

Desde os primeiros dias de "Erdkunde" (RITTER, 1818), pensar geograficamente implicou em encarregar-se de fenômenos que categorizam e separam outras disciplinas: processos biológicos, hidrológicos, climáticos, geológicos, econômicos, políticos, culturais, sociais e assim por diante. Frank Magilligan e Mona Domosh (em comunicação pessoal) apelidam isso de "intradisciplinaridade radical". Esse é o maior potencial do pensamento geográfico, mas, simultaneamente, o maior perigo à geografia anglófona como uma disciplina. Aqueles que são hábeis em intradisciplinaridade radical estão supremamente posicionados para ajudar a convocar as equipes de estudiosos necessárias para lidar com as questões mais urgentes com que a sociedade humana hoje se depara. Ao mesmo tempo, tendências dentro da disciplina enfraquecem essa possibilidade. Entre aqueles que se consideram como geógrafos humanos tem havido um envolvimento intradisciplinar crescentemente rico através dos domínios das ciências sociais e das humanidades. Entre os que se consideram como geógrafos físicos, o mesmo envolvimento intradisciplinar é evidente através das ciências da Terra, da vida e do clima. Há grupos de geógrafos construindo pontes entre esses conjuntos: elaboradores de modelos humano-meio ambiente, ecólogos políticos, teóricos culturais do mundo mais-que-humano, entre outros. Mesmo entre estes últimos grupos, no entanto, divisões significativas persistem entre os que se aproximam pelo lado físico e os que se aproximam pelo lado humano. Sendo assim, a possibilidade mais transformadora desse aspecto de pensar geograficamente — lidar com o mundo mais-que-humano — permanece por cumprir (LAVE *et al.*, 2014).

Em parte, isso tem raízes epistemológicas: os geógrafos físicos se identificam com abordagens

empiristas (e, alguns, com abordagens realistas) em relação à produção de conhecimento que tem dominado as ciências naturais desde o início do Iluminismo, ao passo que os geógrafos humanos tendem a se identificar com abordagens filosóficas pós-positivistas. Por um lado, isso tem a ver com diferentes práticas de produção de conhecimento. Geógrafos físicos geralmente trabalham em equipes, sociabilizando jovens acadêmicos por meio dos papéis que eles desempenham nessas equipes e publicando muitos artigos curtos e multiautorais; geógrafos humanos tendem a trabalhar sozinhos, sociabilizando jovens acadêmicos pelo estímulo a que definam seus próprios projetos originais como base de sua identidade e publicando menos, mas mais longos artigos, capítulos de livros e livros, escritos por menos autores (usualmente um)<sup>6</sup>. Por outro lado, também tem a ver com distintas orientações externas, em termos de abordagens em relação ao conhecimento acadêmico as quais os geógrafos aspiram emular (visões particulares da ciência natural no caso de geógrafos físicos; tradições filosóficas particulares no caso de geógrafos humanos) e em termos de onde publicar.

O pensar geográfico significa transcender os debates do tipo “ou uma coisa ou outra”, como aqueles sobre se as abordagens da ciência natural são aplicáveis *ipso facto* à sociedade ou se o estudo da sociedade requer uma abordagem radicalmente diferente daquela necessária para estudar a natureza. Também significa, claro, desconstruir conceituações binárias de natureza e sociedade, como se fossem domínios separáveis da superfície terrestre. Os humanos habitam um mundo socionatural, mais-que-humano, cuja hibridez não pode se reduzir ao estudo de processos físicos ou culturais. Processos biofísicos poderiam estar sendo crescentemente influenciados pela sociedade humana, como invocado no termo “antropoceno”, mas eles sempre terão seus próprios mecanismos biofísicos ultrapassando e respondendo a tais influências – frequentemente de maneiras inesperadas que refletem a agência não humana. Do mesmo modo, a materialidade da vida humana não significa que dinâmicas sociais podem se reduzir a sinais neurais ou herança genética. Felizmente, surgiram espaços para mútuo envolvimento através da divisão que a disciplina produziu entre geógrafos humanos e físicos. Por exemplo, a emergência da teoria da complexidade e de dinâmicas não lineares dentro das ciências físicas forçou uma crise para aqueles que se identificam como empiristas lógicos (KELLERT, 1993),

criando espaço para mais reflexão autoconsciente sobre filosofia e método na geografia física (por exemplo, HARRISON; DUNHAM, 1998; PHILLIPS, 1999; INKPEN; WILSON, 2013). O olhar para a agência não humana e para a materialidade na geografia cultural criou espaço para levar a sério o conhecimento produzido por geógrafos físicos sobre esses processos (por exemplo, CLARK, 2013). O pensar geográfico precisará aceitar as oportunidades criadas através dessas aberturas se for para que atinja seu potencial – um potencial que levará outros a querer emular o que fazemos, em vez de nós sentirmos que precisamos emular outros.

### Em direção a um pluralismo engajado

Já argumentei que o potencial de pensar geograficamente requer levar em conta produtores de conhecimento muito diferentemente situados, com distintas inclinações filosóficas e metodológicas, especializando-se em tópicos substantivos muito diferentes – cada um sendo importante com relação a como vivemos no mundo, mas também a como o moldamos (um ponto a que retornarei na conclusão). Atingir esse potencial é excepcionalmente difícil; não só requer conexões através de sub-ramos da nossa disciplina que muito frequentemente se identificam em termos de suas diferenças quanto aos demais, mas também requer envolver-se com a especialidade de outras disciplinas que se identificam como diferentes da geografia. Em outros momentos, Barnes, Plummer e eu identificamos isso como o desafio de ocupar-se com um pluralismo engajado (SHEPPARD; PLUMMER, 2007; BARNES; SHEPPARD, 2010). Um pluralismo engajado, “que decida que, não importe o quanto estejamos comprometidos com nossos estilos de pensar, estaremos desejosos de escutar os demais sem negar ou suprimir a alteridade do outro” (BERNSTEIN, 1988, p. 15), é pelo menos tão difícil quanto pensar geograficamente, mas quatro aspirações podem ser identificadas.

### Receptividade autocrítica

Durante os últimos vinte anos, filósofos da ciência repetidamente demonstraram as tolices da produção de conhecimento que falha em levar em conta a variedade de posições a partir das quais o conhecimento emerge – as tolices de marginalizar produtores de conhecimento com gêneros e raças diferentes e diferentemente posicionados (por exemplo, mulheres, não brancos, aqueles fora da Academia, os localizados nas periferias globais). Longino (2002) encaminha princípios

<sup>6</sup>O desenho do sistema de ranqueamento dos programas de pós-graduação feito em 2006 pelo Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos prestou um grande desserviço à geografia por adotar a cultura de publicação das ciências naturais como a norma pela qual a pesquisa geográfica deveria ser julgada. Contagens de citações com base no ISI, fatores de impacto e índices h são semelhantemente insidiosos.

normativos que tornariam possível o pluralismo engajado: inclusão de todos os produtores de saberes diferentemente posicionados; fóruns publicamente reconhecidos para a crítica de evidências, métodos, pressupostos e raciocínios; disposição dos participantes em receber com seriedade as críticas de outros; ajustar alegações em face de crítica adequada; reconhecer a existência de padrões publicamente reconhecidos de avaliação de alegações de conhecimento; e manter a igualdade da autoridade intelectual entre todos os participantes. Importante ressaltar que a autora não argumentou sobre consenso ser necessário. O debate incessante e justo entre participantes diferentemente posicionados, inclusive concordando em discordar, pode produzir conhecimentos mais confiáveis do que reforçando uma visão sobre as demais ou recorrendo ao consenso em torno do mínimo denominador comum.

### *Tirar poder de hierarquias preexistentes*

O problema, decerto, é que esse envolvimento de “mesa-redonda” entre participantes diferentemente posicionados é minado continuamente por hierarquias de poder já existentes, que permitem que determinadas vozes asseverem mais autoridade e até hegemonia sobre as demais. Essas hierarquias de poder são moldadas por convenções a respeito do que conta como ciência e rigor, pelo poder social desigual das disciplinas e por posicionalidades socioespaciais de produtores de conhecimento. Portanto, não basta convocar a mesa-redonda de Longino. Como coloca Young (2000, p. 49) em um contexto algo diferente, uma abordagem pluralista deve transformar “a mera exclusão e oposição ao outro em antagonismo engajado dentro de regras aceitas”. Deve-se construir deliberação para empoderar aqueles atualmente marginalizados, permitindo-lhes vetar decisões se suas vozes não forem adequadamente ouvidas.

### *Engajamento agonístico e politizado*

Não se consegue chegar ao consenso, ou divergência, por meio de deliberação logo que as diferenças de poder são removidas. Portanto, Mouffe (2000) defende um pluralismo agonístico – um pluralismo engajado apaixonado, sem reservas, entre adversários. Sob um pluralismo agonístico, “a tarefa primordial [...] é não eliminar as paixões da esfera pública, [...] mas mobilizar essas paixões em direção a desenhos democráticos” (p. 16). Tais paixões sempre têm um componente

político. Internamente ao pluralismo engajado, isso inclui estratégias empregadas para persuadir e diminuir o poder do outro: “A questão [...] não é como chegar a um consenso sem exclusão, já que isso implicaria na erradicação do político. [...] [A] criação de uma unidade em um contexto de conflito e diversidade [...] está sempre preocupada com a criação de um ‘nós’ por meio da determinação de um ‘eles’.” (MOUFFE, 2000, p. 15) Externamente, há sempre pelo menos uma política implícita à produção de conhecimento: é uma fantasia pretender que conhecimentos objetivos, sem juízos de valor, possam ser garantidos se se adere a normas “científicas” (SHEPPARD, 2014).

Pensar geograficamente por meio de um pluralismo engajado promove a diversidade, mas sem recorrer ao relativismo de aceitar qualquer ponto de vista pelo seu valor nominal. Aqueles que pensam geograficamente podem e deveriam se especializar, também defendendo apaixonadamente suas posições face a críticas (sob condições como as sugeridas por Longino). Isso cria um espaço potencial para a heterogeneidade por meio do qual posicionalidades e conhecimentos anticanônicos podem ser levados a sério (HONG; FERGUSON, 2011) – um potencial que permanece longe de ser realizado.

### *Contemplar muitos mundos possíveis*

Pensar geograficamente significa criar espaço para imaginar o mundo como outro que não o que já criamos. Como coloca Bernstein (1976, p. 106):

Tem havido uma falta de autoconsciência crítica entre os cientistas sociais *mainstream*, de maneira que a advertência para ser “realista”, para estudar o modo como as coisas são, não é um tanto um imperativo científico quanto é um imperativo moral duvidoso que tem consequências perniciosas quanto a limitar a imaginação humana e as possibilidades políticas e sociais.

### **Pensando geograficamente sobre o capitalismo globalizante**

Na linguagem comum, capitalismo diz respeito ao modo atualmente tido como certo pelo qual as atividades econômicas estão e deveriam estar organizadas mundialmente. As atividades reunidas sob esse termo são inerentemente geográficas, ainda que os geógrafos tenham influência limitada sobre como o capitalismo é entendido. De fato, a própria área da disciplina que pensamos como aquela que se especializa em entender

o capitalismo, a geografia econômica, está em disputa: ela corre o risco de ser apropriada por economistas *mainstream*. Há muito em jogo aqui, tanto para a geografia quanto para o mundo. Entre os geógrafos, há um debate corrente e intenso sobre as consequências dessa apropriação. Ela é um sinal de que a geografia está finalmente amadurecendo ou é um sinal de que estamos comprando gato por lebre? Para o mundo, há a expectativa de que pensar geograficamente ofereça uma perspectiva menos otimista sobre o capitalismo do que as considerações hagiográficas que dominam os discursos acadêmico e público contemporâneos.

Discursos e concepções sobre o capitalismo parecem, em face disso, simples e diretos. Resumindo a posição do senso comum, o capitalismo é um modo de organizar as atividades econômicas na sociedade, tendo emergido na Europa para substituir sistemas indesejáveis previamente existentes (notadamente, o feudalismo e a escravidão). O capitalismo implica: na produção de bens como *mercadorias*, dirigida pela expectativa de fazer lucro ao vendê-las a consumidores; na existência de *mercados competitivos* mais ou menos autônomos (livre comércio), nos quais produtores e consumidores se encontram para definir os preços da troca de mercadorias; em *mercados de trabalho*, por meio dos quais os indivíduos vendem seu trabalho como uma mercadoria a empregadores em troca de salários e remunerações; em *inovação e empreendedorismo*, por meio dos quais aqueles que vendem mercadorias desenvolvem novos produtos e métodos de produção a fim de ganhar vantagem competitiva e lucros inesperados; e na *democracia*, por meio da qual decisões políticas são dirigidas pelos desejos e preferências de produtores e consumidores individuais, em uma competição pluralista por influência política. Além disso, a posição do senso comum é a de que o capitalismo é econômica e politicamente superior a seus predecessores. Nessa visão, o capitalismo tem globalizado, da Europa para o mundo todo, um modo de organizar a economia em todas as escalas geográficas, modo tal que é capaz de trazer prosperidade a todos que adotem seus princípios (ROSTOW, 1960; SACHS, 2005).

Pensar geograficamente sobre o capitalismo globalizante levanta uma série de questões profundas sobre esse senso comum, criando espaço para considerar alternativas possíveis. Dar atenção à geografia de como vimos a conhecer o capitalismo – desvelando suas origens e influências mais-que-europeias – levanta questões não apenas sobre onde o capitalismo nasceu (BLAUT, 1976) e como se tornou hegemônico, mas também sobre como o conceituamos. Além disso, dar atenção às espaço-temporalidades

coimplícadas do capitalismo como o conhecemos e a como os processos econômicos coevoluem com processos políticos, culturais, sociais e biofísicos debilita a parábola econômica da mão invisível do capitalismo como algo essencial para eliminar a pobreza e realizar a sustentabilidade.

### Como o capitalismo se tornou europeu

As concepções do capitalismo permanecem fundamentadas em teorizações desenvolvidas na Europa dos séculos XVIII e XIX, particularmente na Escócia e na Inglaterra, cujos filósofos do Iluminismo buscavam explicar como a sociedade poderia se organizar de acordo com princípios seculares em vez de com a doutrina religiosa. Os componentes-chave eram: a ideia de liberdade individual, fundamentada na propriedade (John Locke); a mão invisível, pela qual os mercados assegurariam que as ações motivadas por interesses próprios de produtores e consumidores contribuiriam para o bem comum (Adam Smith); e o livre comércio para que se realizasse o potencial dessa mão invisível (David Ricardo). A democracia pluralista era vista como um adendo essencial a esse modelo econômico, ao assegurar que o Estado refletiria a expressão coletiva dos desejos de indivíduos livres e emancipados, que agiriam para limitar sua capacidade de interferir na liberdade individual e, por meio dela, na mão invisível. Mesmo na Europa, naturalmente, esses ideais foram profundamente distorcidos por hierarquias raciais, de gênero e de classe que definiam a quem era concedido o direito à liberdade individual e à influência política. À medida que os europeus levavam esse pensamento para o resto do mundo por meio do colonialismo, as concepções que carregavam com eles sobre a quem esses direitos deveriam ser concedidos sistematicamente excluía a massa de pessoas não europeias (MUTHU, 2003; GOLDBERG, 2006).

Esses pensadores, comprometidos com o empirismo e vivendo quando e onde viviam – com pouca, se é que alguma, experiência direta do mundo não europeu – tomaram como certo que o capitalismo que eles experimentavam, nomeavam e conceituavam era endógeno às sociedades em que viviam. De certa maneira, eles inventaram o capitalismo à imagem da Europa. De fato, até hoje é convencional apresentar o capitalismo conforme tomou forma na Europa como a norma ou tipo ideal, narrando a sua ascensão para exercer influência no continente e a sua difusão para o resto do mundo. Chamo esses tipos de explicação de considerações fundadas no lugar. Aqui, características da região que

chamamos de Europa são evocados para explicar o notável florescimento do capitalismo industrial na Europa. Dependendo do pensador, essas características incluíam a religião (WEBER, 2003 <sup>7</sup>), o clima (SEMPLE, 1911; HUNTINGTON, 1922; SACHS, 2001), a topografia, a cultura, o sistema westfaliano de Estados-nações, a democracia e o individualismo. Essas são, literalmente, explicações eurocêntricas do sucesso econômico da Europa (BLAUT, 2000). A partir dessas autoconcepções, verifica-se um pequeno passo em direção à crença de que a Europa encarnava um dinamismo e um sucesso – com efeito, uma civilização – ausentes fora das zonas em que se estabeleciam os europeus (SAID, 1978, 1994). Logo, “o fardo do homem branco” (KIPLING, 1899) se tornaria iluminar o resto do mundo por meio da evangelização de normas e práticas europeias, não importe o custo pessoal. Por exemplo, o grande filósofo liberal europeu James Mill, um empregado da Casa da Índia em Londres (mas nunca na Índia), classificou os sul-asiáticos como (ainda) não civilizados e, portanto, a eles não se poderia conceder os direitos de liberdade pessoal sem o aspecto “morde-e-assopra” da tutela europeia – com as mordidas particularmente em evidência (LINDQVIST, 1992).

Decerto, também houve debates vitais entre os pensadores europeus sobre a natureza e os méritos do capitalismo. Enquanto Adam Smith (nos seus momentos mais otimistas), David Ricardo e a massa de economistas políticos britânicos promoviam o livre comércio, perseguido pela Grã-Bretanha depois de 1846, Alexander Hamilton nos Estados Unidos e Friedrich List na Alemanha advogavam com sucesso pela intervenção estatal a fim de proteger as indústrias domésticas nascentes dos rigores da competição britânica (permitindo o alcance do nível de industrialização). Debates sobre o papel do Estado capitalista permanecem circunscritos a esses polos. Contudo, aquele imigrante alemão na Grã-Bretanha, indesejado e antiempirista, Karl Marx, reconhecendo os benefícios econômicos e políticos do capitalismo relativos aos sistemas preexistentes, sustentava que o capitalismo é em si próprio explorador e empestado de contradições internas que bem poderiam se provar fatais. Essas discordâncias sobre como implementar o capitalismo, sobre suas consequências de longo prazo e sobre sua sustentabilidade ocorriam dentro de uma visão de mundo compartilhada que compreendia que os aspectos ideais-típicos do capitalismo podiam ser deduzidos de sua manifestação europeia<sup>8</sup>. Pensar

geograficamente, no entanto, levanta questões sobre essa presunção.

Na verdade, muitas das práticas econômicas conceitualmente reunidas sob o rótulo de capitalismo (um termo cunhado na Inglaterra de meados do século XIX) há muito preexistiam a revolução industrial capitalista europeia, em partes distantes do mundo. No século XIII, quando viajantes europeus ficaram estupefatos com a sofisticação e a prosperidade de impérios e cidades asiáticas, a produção e o comércio de longa distância de mercadorias já podiam ser encontrados por toda a Ásia e a África – espalhados por assentamentos que vieram a constituir os nós de ricas redes comerciais atravessando o Oceano Índico e adentrando o Mar da China (ABU-LUGHOD, 1991; BLAUT, 1993). Uma genealogia detalhada dessas práticas capitalistas incipientes ainda está para ser desenvolvida, mas não podemos assumir que essas práticas indubitavelmente variegadas se coadunavam com o capitalismo como ele veio a ser conhecido na Europa ou que elas orbitavam em torno do tipo ideal desse capitalismo. Em vez disso, à medida que a Europa se tornava material e discursivamente o centro de cálculo do capitalismo, a forma que o capitalismo tomou na Europa veio a ser o referencial em relação ao qual práticas afins em outros lugares e tempos seriam julgadas a respeito de se poderiam ser chamadas de capitalistas. À medida que a Europa ganhava hegemonia, sua versão local de capitalismo se tornava global.

Além disso, a revolução industrial capitalista da Europa, liderada pela Inglaterra, também não podia simplesmente ser explicada em termos fundados no lugar. Marx se referia a como a Inglaterra usava seu poder colonial para debilitar uma sofisticada indústria têxtil e de roupas de algodão sul-asiática, a qual estava produzindo bens muito procurados pelas elites europeias no século XVIII, por meio de um conjunto de práticas mercantis que permitiram à região de Manchester explodir na cena global como a assim chamada oficina do mundo. Isso relegou o Sul da Ásia à produção primária de algodão (MARX, 1853). Pesquisas históricas extensivas subsequentes documentaram esse processo, mais nuançado do que Marx insinuava, mas com o resultado que ele sugeriu (por exemplo, RAY, 2011). De fato, o século XVIII foi um período de desindustrialização na Ásia e na América Latina, catalisada por forças externas (BAIROCH, 1993; WILLIAMSON, 2006). Historiadores e geógrafos identificaram um amplo leque de processos por meio dos quais o colonialismo europeu facilitava sua revolução industrial, indo desde a provisão de recursos e comida baratos até ouro e prata, tecnologias agrícolas e industriais e escravidão e o sistema fabril (BLAUT, 1993; FRANK, 1998; HOBSON, 2004; BAUCOM, 2005; JOHNSON,

<sup>7</sup>Originalmente publicado em 1902.

<sup>8</sup>Até os críticos mais mordazes dos impactos deletérios do capitalismo globalizante na América Latina, no Caribe, na África e na Ásia pós-coloniais (por exemplo, AMIN, 1974; FRANK, 1978; WALLERSTEIN, 1979; BLAUT, 1993; ARRIGHI, 2010) trabalharam amplamente dentro dessa definição europeia do capitalismo e do desenvolvimento capitalista (cf. ESCOBAR, 1995).

2013; BECKERT, 2014). Reunindo essas descobertas, é justo concluir que conectividades desiguais produzidas por meio do colonialismo beneficiaram grandemente um continente cuja localização relativamente favorável em relação ao “novo mundo” oferecia uma vantagem posicional que o colonialismo reforçou profundamente (muito ajudado pelo abandono da exploração naval pela China em 1424). Chamo isso de uma explicação fundada na conectividade.

Por volta de quando a revolução industrial decolou, a Inglaterra e os outros poderes coloniais europeus já tinham então se posicionado para o sucesso como um resultado das conectividades desiguais do colonialismo. Os economistas políticos da Europa do século XVIII representavam o capitalismo que lá emergia, que sem dúvida era um híbrido de características locais e importadas, como autóctone e como um ponto pelo qual o desenvolvimento econômico em cada lugar deveria passar. Por exemplo, tendo forjado para si própria uma posição pela qual sua indústria poderia prosperar, ao reorientar a produção do Sul da Ásia de produtos manufaturados para produtos primários, a Inglaterra adotou a doutrina de livre comércio (em 1846, com a reforma das Leis dos Cereais), apresentando-a como uma lei universal de desenvolvimento econômico mutuamente benéfico na base da especialização e do comércio. Importante reparar que essa jogada não fora pensada por Ricardo em sua então recentemente publicada teoria das vantagens comparativas, a base da teoria do comércio internacional até os dias de hoje. Tal jogada foi o resultado de um *lobby* político liderado pelos industriais do algodão de Manchester, a Liga Anti-Lei dos Cereais, que compartilhava com o movimento trabalhista cartista um desejo de baixar o custo do pão. A teoria de Ricardo, provavelmente desenvolvida para racionalizar um consenso intelectual já existente em favor do livre comércio, não foi implantada pela Liga; sua base na análise de classes era vista como muito controversa (SHEPPARD, 2005a; TRENTMANN, 2008). A prática do livre comércio deu imensa vantagem aos britânicos, induzindo a Alemanha e os Estados Unidos a introduzir as barreiras protecionistas anteriormente mencionadas a fim de dar segurança a suas economias. A Grã-Bretanha abandonou o livre comércio quando ele passou a ser claramente desvantajoso, durante a Grande Depressão, mas os Estados Unidos se tornaram uma nação do livre comércio em Bretton Woods. Esse foi o momento em que o livre comércio permitiu à economia industrial dos EUA do Pós-Guerras tirar vantagem da posicionalidade emergente do país como a potência geoeconômica dominante num mundo cuja descolonização ele ajudou a acelerar.

Como esses exemplos de livre comércio demonstram, práticas localmente vantajosas poderiam ser justificadas com base em leis da economia supostamente universais (o conhecimento monista referido por Longino), fundamentadas numa teorização particular do capitalismo que agia para justificar sua superioridade. Com efeito, essa versão da teoria econômica ajudou a criar o mundo a sua própria imagem (MITCHELL, 2005), uma que não contesta que o mundo deveria se organizar em torno do capitalismo de estilo europeu e norte-americano. Esse monismo tem sido atingido, no entanto, pela dissimulação de suas próprias especificidades geográficas, invisibilizando seu contínuo endividamento com uma visão de mundo europeia. O pensar geográfico tem o potencial de romper com esse entendimento, não só ao revelar sua localização, mas também ao perturbar sua lógica interna.

### Como o pensar geográfico perturba as considerações convencionais do capitalismo globalizante

Uma refutação genuína deve penetrar o poder do oponente e encontrá-lo na raiz de sua força; nenhum caso é vencido se se o ataca em outro lugar e se o derrota onde ele não está. (HEGEL, 1998<sup>9</sup>, p. 581 *apud* ADORNO, 1982<sup>10</sup>, p. 14)

Aqui, quero pôr de lado a possibilidade de que o capitalismo de estilo europeu não seja a norma que parece ser para discutir como essa norma é conceitualizada. As teorias mainstream do capitalismo globalizante têm se fundamentado na teoria econômica neoclássica desde a rejeição dos marginalistas à teoria de Marx na Inglaterra do fim do século XIX. À medida que os economistas britânicos se tornavam cada vez mais críticos das considerações mainstream, essas teorias migraram para as universidades dos EUA na segunda metade do século XX, para Harvard e o MIT nas suas manifestações mais keynesianas (HARCOURT, 1972), e subsequentemente para a Universidade de Chicago ao passo que o keynesianismo perdia terreno para discursos (neoliberais) hayekianos orientados pelo mercado (PECK, 2010). No espaço limitado que me é disponível aqui, pouco posso fazer além de resumir algumas maneiras proeminentes pelas quais o pensar geográfico é disruptivo, na forma de seis proposições que emergiram dos conhecimentos acadêmicos que levam a geografia do capitalismo a sério<sup>11</sup>.

<sup>9</sup>Originalmente publicado em 1841.

<sup>10</sup>Originalmente publicado em 1970.

<sup>11</sup>Para uma discussão mais aprofundada, ver Sheppard (2018).

*Proposição 1: A espacialidade do capitalismo faz desmoronar o ideal do equilíbrio de mercado*

Para a economia *mainstream*, o equilíbrio de mercado perfeitamente competitivo é o Santo Graal, justificando a mão invisível de Adam Smith: num contexto institucional em que todos os atores econômicos são impotentes e simplesmente aceitam os preços vigentes (concorrência perfeita), os mercados livremente operantes convergem para um equilíbrio de mercado da troca de mercadorias. A oferta corresponde à demanda, realizando preços racionais, mas também socialmente apropriados. A revolução causada por Krugman na economia geográfica estendeu esses cenários de compensação de mercado, de microfundamentos e de lucro zero para o caso da concorrência monopolística no espaço (KRUGMAN, 1991, 1995, 1996). Tal como seu predecessor Lösch (1954<sup>12</sup>), isso permitiu a Krugman explicar a morfogênese – a emergência de ordem espacial (hierarquias dos lugares centrais, aglomerações) a partir de uniformidade geográfica.

Todavia, esse imaginário falha quando a espacialidade do capitalismo é levada a sério. Há muito sabe-se que a versão espacial da concorrência perfeita de Lösch desmorona diante de monopólios espaciais (DENIKE; PARR, 1970; SHEPPARD; CURRY, 1982). De maneira mais geral, Starrett (1978) provou o que tem sido chamado de teorema da impossibilidade espacial: “Se o espaço é homogêneo, o transporte é dispendioso e as demandas estão localmente insaciadas, então não há equilíbrio competitivo que envolva o transporte.” (OTTAVIANO; THISSE, 2004, p. 2571) Com respeito à modificação de Krugman, Fowler (2007, 2011) demonstrou que a convergência para o equilíbrio de mercado é improvável numa economia espacialmente diferenciada. Além disso, no mundo real com sua diferenciação espacial já existente (algumas empresas locacionalmente mais favorecidas que outras) e informação espacial limitada, não é razoável para as empresas que elas maximizem seus lucros totais como presume a teoria *mainstream*. Elas deveriam buscar maximizar as taxas de lucro em capital adiantado, e quaisquer equilíbrios espaciais de preços são, na melhor das hipóteses, parcialmente estáveis (SHEPPARD; HAINING; PLUMMER, 1992; PLUMMER; SHEPPARD; HAINING, 2012).

*Proposição 2: A produção espaço-temporal e a circulação de mercadorias é produtora de desigualdade socioespacial (desenvolvimento geográfico desigual) e de conflito*

Os geógrafos econômicos, seguindo a economia política do século XIX, preferem começar pela produção em vez do mercado. É no momento da produção da mercadoria que o processo econômico confronta a materialidade do mundo. A produção envolve a metamorfose de entidades não humanas, moldadas por processos biofísicos, em mercadorias para o consumo humano. Este também é o momento em que o corpo humano, marcado pela diferença sociocultural, lança-se nessa metamorfose – embora no contexto politicamente desigual do local de trabalho:

[O] dono do dinheiro agora marcha à frente como capitalista; o possuidor da força de trabalho o segue como seu operário. O primeiro com um ar de importância, sorridente, atento aos negócios; o outro, tímido, contido, como alguém que está levando sua própria pele ao mercado e não tem nada a esperar senão... um esfolamento. (MARX, 1967<sup>13</sup>, p. 176)

Sendo assim, o momento da produção de mercadorias é simultaneamente material e político. Contudo, também é um momento em que muitas das mercadorias produzidas não são pretendidas para o consumo humano imediato (bens de consumo), mas para a produção de outras mercadorias (bens de capital; SRAFFA, 1960). Na linguagem geográfica atual, isso significa conceber a economia *relacionalmente* – em termos de como a produção de mercadorias conecta empresas umas com as outras através do tempo e do espaço, não só com consumidores (conforme a massa da economia geográfica).

A produção de mercadorias necessariamente se estende pelo tempo e o espaço. Ela é temporal, porque o capital deve ser adiantado em relação à produção para que se comprem insumos, de modo que os lucros são realizados somente depois que o processo de produção se complete, que a mercadoria seja levada ao mercado e vendida e que as receitas retornem ao capitalista (tempo de rotatividade do capital investido). Sua espacialidade tem dois aspectos. Primeiro, as mercadorias precisam se mover de um lugar para outro para completar o processo de produção (incluindo as vendas). Mais fundamentalmente, a própria especialidade é

<sup>12</sup>Originalmente publicado em 1940.

<sup>13</sup>Originalmente publicado em 1867.

produzida. A mercadoria da acessibilidade, produzida por empresas de transporte e comunicações, é necessária para o funcionamento de uma economia relacional espacialmente extensiva. Na verdade, melhorar a acessibilidade é a chave para reduzir o tempo de rotatividade, aumentando a produtividade e o crescimento econômico — como se pode ver pelos imensos investimentos públicos e privados neste setor<sup>14</sup>. Este último aspecto da espacialidade não tem sido internalizado nas considerações *mainstream* sobre o capitalismo globalizante, mas tem o potencial para perturbar significativamente as considerações hagiográficas convencionais<sup>15</sup>.

Em primeiro lugar, a mercadoria da acessibilidade torna menos provável que as ações dos capitalistas em busca de lucro alcancem seus objetivos pretendidos. Tecnologias de crescimento de lucros e decisões sobre o que e onde produzir poderiam reduzir as taxas médias de lucro. Colocando de forma mais abstrata, as espaço-temporalidades emergentes do capitalismo aumentam a probabilidade de que as estratégias de crescimento de lucros de capitalistas individuais sejam um tiro que saia pela culatra, enfraquecendo a possibilidade de equilíbrio harmônico. Experimentos computacionais confirmam que modelos construídos sobre esses princípios poderiam resultar em contínuas dinâmicas não lineares de desequilíbrio e contínuo desenvolvimento geográfico desigual (BERGMANN; SHEPPARD; PLUMMER, 2009; BERGMANN, 2012).

Em segundo lugar, conflitos associados às políticas de produção estão na base de tais dinâmicas espaciais desiguais e desarmoniosas de produção de mercadorias. Ações empreendidas por trabalhadores em busca de aumentar seus salários tendencialmente se opõem àquelas de capitalistas procurando aumentar as taxas de lucro (a coisa se complica ainda mais se incluirmos os proprietários de terra, os proprietários de recursos e as rendas da terra e dos recursos). Em escalas que vão dos lugares da produção a territórios regionais e nacionais, esses conflitos de interesse desestabilizam quaisquer equilíbrios econômicos que possam ser atingidos. Dadas as hierarquias desiguais de poder, começando com aquela no local de trabalho os momentos espaço-temporais em que a influência dos trabalhadores se sobressai à dos capitalistas são raros. Na verdade, o poder dos capitalistas parece particularmente evidente no presente. Apesar disso, as

estratégias individuais e coletivas dos trabalhadores permanecem capazes de remodelar as dinâmicas espaciais do capitalismo globalizante (HEROD, 2001).

Pensando geograficamente, a lente através da qual esses conflitos de interesse são usualmente lidos, aquela dos conflitos entre classes econômicas, é simplista. Não só as consequências não intencionais de ações de capitalistas minam o avanço de seus interesses e identidade individuais e coletivos, mas isso também pode ser verdade para os trabalhadores. Os interesses imediatos dos trabalhadores em alguns lugares podem estar em conflito com os de trabalhadores localizados em outros lugares; aqueles de trabalhadores sem qualificação podem conflitar com os de trabalhadores qualificados e trabalhadores administrativos; e aqueles dos que trabalham como produtores podem entrar em conflito com os de famílias de trabalhadores que são consumidoras. Diferenças de gênero, raça e outros aspectos interseccionais de identidade e subjetividade complicam ainda mais esses processos. Com a paisagem econômica ela própria constantemente mudando, torna-se praticamente impossível prever os efeitos desses conflitos e coalizões multifacetados emergentes. Há, no entanto, um *leitmotiv*: o capitalismo globalizante (re)produz desigualdades socioespaciais. Isto está longe de ser um processo determinístico, já que ocasionalmente as hierarquias de poder são perturbadas, mas o equilíbrio harmônico não pode ser a ordem do dia.

### *Proposição 3: As geografias da política e da governança coevoluem com as do capitalismo globalizante*

A natureza desestabilizante e desarmoniosa de uma economia espacial capitalista sugere que não se pode evacuar a política de considerações sobre o capitalismo globalizante, diferentemente da tendência nas considerações *mainstream* (e também na economia política geográfica; AGNEW, 2012). Depois do fracasso do Consenso de Washington, até os mais caledados proponentes do neoliberalismo foram forçados a reconhecer que os mercados não se organizam por si mesmos (SHEPPARD; LEITNER, 2010). Na economia política internacional, as geografias desiguais da governança do Estado são conceituadas em torno da noção de variedades do capitalismo, descrevendo um espectro que vai do Estado mínimo ou o Estado do livre mercado ao Estado intervencionista ou corporativista (cada um fundamentado em tipos ideais europeus). Pensar geograficamente caracteriza a governança do

<sup>14</sup>O pensamento geográfico sobre o transporte, as comunicações, o ciberespaço e a logística permanece uma área negligenciada do conhecimento acadêmico.

<sup>15</sup>Os instrumentos financeiros também são mercadorias neste sentido, facilitando os fluxos recíprocos de dinheiro para pagar por outras mercadorias comercializadas. Suas geografias são igualmente dignas de atenção considerável, particularmente nesta era de financeirização.

Estado, no entanto, como experimentação contínua desses modelos, mas também de outros (por exemplo, Estados desenvolvimentistas, Estados unipartidários), pelo tempo e por várias regiões e escalas geográficas, a fim de iluminar as variações que emergem em contextos espaço-temporais particulares (TICKELL; PECK, 1992; PECK; THEODORE, 2007). Isso se complica ainda mais em razão de agendas geopolíticas mais amplas, de tentativas de Estados poderosos de alinhar outros a suas visões do capitalismo e da mobilidade das políticas (AGNEW; CORBRIDGE, 1995; DIRTMER; SHARP, 2014; PECK; THEODORE, 2015). No processo, o foco convencional em territórios e escalas complica-se por causa de outras espacialidades, como redes, conectividades desiguais e mobilidade.

Entretanto, outras modalidades de governança e de mando ultrapassam o domínio da política formal. Essas incluem as agendas supra e subnacionais de organizações multilaterais, a governança corporativa, as estratégias geoeconômicas de empresas e territórios (e a confluência delas no comércio internacional e nos acordos de investimento) e a influência política e lobista. Por último, mas de forma alguma menos importante, está o domínio político da sociedade civil — ações que vão de estratégias políticas democráticas a movimentos sociais, à política contestatória e às “armas dos fracos” cotidianas (SCOTT, J., 1985; LEITNER et al., 2007; LEITNER; SHEPPARD; SZIARTO, 2008).

*Proposição 4: Processos biofísicos e socioculturais ultrapassam e moldam o capitalismo globalizante, a despeito de tentativas de inscrevê-los na lógica de mercado*

As considerações *mainstream* sobre o capitalismo globalizante conceitualizam humanos e o mundo mais-que-humano como aspectos invariáveis, exógenos à economia. O mundo não humano é conceitualizado como agrupamentos perenes de “recursos naturais”, a serem comercializados como qualquer outra mercadoria. O ambiente de forma genérica é reduzido a atributos particulares coletivamente rotulados de geografia (por exemplo, temperatura, tropicalidade, vias navegáveis), também consideradas como condições exógenas de fundo. Uma geografia física externa e invariável molda o capitalismo globalizante, o que cheira a determinismo ambiental (SACHS, 2000). As considerações *mainstream* também examinam cada vez mais as implicações ambientais de escolhas econômicas, concebidas como externalidades em relação ao mercado, que precisam ser precificadas

ou taxadas para facilitar a sustentabilidade ecológica. Falta aqui, entretanto, qualquer concepção do papel da agência não humana (processos biofísicos etc.): suas relações coconstitutivas e dialéticas com os processos econômicos são simplesmente ignoradas.

Pensando geograficamente, o mundo mais-que-humano está continuamente se fazendo, evoluindo por meio de dinâmicas coevolutivas distintas e heterogêneas a conectar os humanos com o mundo que habitamos. Essas dinâmicas, irreduzíveis a processos econômicos, moldam a natureza, a espaço-temporalidade e as possibilidades futuras da Terra. Os recursos não estão simplesmente “por aí”: eles precisam ser identificados, constituídos como recursos por meio de processos que refletem as condições sociais e a materialidade dos objetos em questão e, então, transformados em mercadoria. Todavia, a agência não humana também pode contestar as condições necessárias para transformar o mundo mais-que-humano em mercadoria ao limitar o grau em que ele pode ser incorporado à economia como recursos. Considerações evolutivas do capitalismo, canalizando o pensamento darwiniano que atraiu Adam Smith, igualam a concorrência capitalista à sobrevivência dos mais aptos em um ambiente invariável (HODGSON, 2002; ESSLETZBICHEL; RIGBY, 2010). Mas as coisas ficam bem mais complicadas uma vez que reconhecemos que esse ambiente é (re)produzido por processos sionaturais. A própria aptidão se torna um aspecto emergente dessas dinâmicas, com consequências altamente imprevisíveis para a ação humana (NORGAARD, 1994; MARTIN; SUNLEY, 2014). Com relação ao impacto de processos econômicos no mundo mais-que-humano, as considerações *mainstream* alegremente presumem que os mercados e Estados capitalistas (por exemplo, comércio de carbono e taxaço sobre sua emissão) conseguem criar um capitalismo globalizante ecologicamente sustentável; por sua vez, as críticas marxistas abraçam o oposto — uma crise quase malthusiana na medida em que a acumulação capitalista corre contra os limites naturais (O'CONNOR, 1991). Ainda assim, a realidade geográfica é bastante mais complexa que qualquer um desses dois cenários. O capitalismo globalizante tenta gerir um mundo mais-que-humano com dinâmicas geograficamente diferenciadas complexas que consistentemente ultrapassam essas tentativas (por exemplo, a mudança climática antropocêntrica).

Em resumo, os “intrincados entrelaçamentos de pessoas, artefatos, códigos e coisas vivas situados e a permanência de tapeçarias particulares de conexão através do mundo” (WHATMORE; THORNE, 1997, p.

288), dando à luz montagens heterogêneas que variam, e se conectam, pelo espaço e pelo tempo, são instáveis, complexos, frágeis e imprevisíveis (DELANDA, 2006). O futuro é inerentemente incerto e as trajetórias atuais deveriam ser avaliadas por sua justiça ambiental e suas implicações em termos de justiça para com a natureza (LOW; GLEESON, 1998).

Com relação aos humanos, as considerações *mainstream* representam as dinâmicas espaciais macroescalares do capitalismo globalizante como o agregado de escolhas parcialmente racionais e motivadas por interesses próprios feitas por indivíduos parcialmente autônomos, cada um parametrizado por preferências e atributos fixos. Nessa perspectiva, os humanos passam a ser julgados em termos de sua capacidade ou vontade de agir apropriadamente: eles são empreendedores, assumem riscos e são responsáveis? Se não são e se, além disso, eles resistem às condições desenhadas para encorajar o comportamento apropriado (“paternalismo libertário”; THALER; SUNSTEIN, 2003), então eles têm somente a si para culpar por quaisquer consequências negativas. Ademais, a diferença social convencionalmente cai sobre um único agente representativo (KIRMAN, 1992).

Contudo, pensar geograficamente fundamentalmente põe em discussão essas considerações. A sociedade não é composta por indivíduos economicistas parcialmente autônomos: as preferências e atributos — nota-se a natureza simplista desse modelo de comportamento — são moldados por uma variedade de processos culturais, políticos e econômicos (por exemplo, discursos e normas culturais, políticas, propaganda). Três aspectos disso vêm à tona: a heterogeneidade (corpos como objetos); a posicionalidade e a interseccionalidade (conectividades ligando os corpos); e as relações estrutura-agência (relações interescares). Primeiramente, nem o indivíduo possessivo neoclássico nem o sujeito de classe estrutural marxiano bastam para capturar a heterogeneidade e o comportamento dos agentes econômicos humanos. Uma geração de geógrafos(as) feministas e culturais, entre vários outros, tem sublinhado a heterogeneidade dos atores humanos, ao longo de linhas de diferença que incluem gênero, raça, sexualidade e capacidade física, mas também a localização geográfica, enfatizando que essa heterogeneidade não é redutível a agentes representativos, preferências ou identidade de classe.

Em segundo lugar, essa heterogeneidade não se reduz a atributos individuais tais como preferências e identidade de classe. As identidades, visões de mundo e ações variegadas e diferentemente empoderadas dos atores não são pré-formadas, mas sim refletem sua

posicionalidades socioespaciais, incluindo a complexidade de como esses vários atributos sociais se reúnem em pessoas e lugares particulares — interseccionalidade (VALENTINE, 2007; CHO; CRENSHAW; MCCALL, 2013). Como observado anteriormente, a posicionalidade e a interseccionalidade emergem relacionalmente, embora as relações sociais desiguais e cambiantes conectando as posicionalidades socioespaciais individuais sejam também geradoras de dinâmicas socioespaciais complexas de colaboração, cooptação, política de alianças, opressão e exploração e competição. Algumas dessas inscrevem sujeitos em comportamentos que se conformam a, e desempenham, concepções *mainstream* de competição e escolha racional. Outros questionam e superam tais normas por meio de ações como ativismos de consumidores, resistência coletiva e contestação — algumas em resposta às desigualdades e injustiças associadas ao capitalismo globalizante, outras simplesmente reproduzindo antigas tradições de se viver de maneira diferente (flexionadas por suas relações com o capitalismo globalizante).

Em terceiro lugar, essas interrelações entre agentes humanos estão imbricadas em processos mais amplos — discursos e práticas de escala mais vasta que impõem normas e relações de poder à escala do corpo, enquanto são também sujeitos a manipulação por parte da escala do corpo. Esses processos mais amplos incluem relações de classe — o argumento de que os interesses e práticas da elite moldam e restringem aqueles da maioria da sociedade. Porém, eles também incluem normas de gênero, formações raciais e expectativas sobre sexualidade e (in)capacidade (por exemplo, patriarcado, privilégio branco, heteronormatividade; OMI; WINANT, 2014<sup>16</sup>; GLEESON, 1999; BROWNE; LIM; BROWN, 2009; HONG, 2011; BONDS, 2013; KOBAYASHI, 2014). Estas coisas afetam profundamente as condições desiguais de possibilidade para a agência humana através da localização social e espacial, deste modo também moldando a desigualdade social e o desenvolvimento geográfico desigual.

#### *Proposição 5: O desenvolvimento geográfico desigual enfraquece os discursos e imaginários desenvolvimentistas*

Em considerações convencionais do capitalismo globalizante, é lugar-comum sustentar que as possibilidades de desenvolvimento de um território dependem de suas características fundadas no lugar

<sup>16</sup>Originalmente publicado em 1994.

– cultura, governança e geografia física (clima, acesso a águas navegáveis, topografia, dote em recursos). A causalidade opera das características fundadas no lugar aos efeitos econômicos: isso reduz o pensamento geográfico a um territorialismo metodológico (AGNEW, 1994; BRENNER, 2004). Sob os programas de ajuste estrutural dos anos 1980, impôs-se aos Estados-nações da Pós-Colônia que alterassem suas regras e instituições internas a fim de se conformarem a uma representação determinada (livre mercado) das condições que prevaleciam nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Isso foi apresentado como uma condição necessária e suficiente para replicar o desempenho econômico destes países (sugerindo convergência para o equilíbrio econômico espacial). Esse modelo particular de desenvolvimento econômico de “boas práticas” perdeu popularidade depois que a crise financeira asiática de 1997 desencadeou uma mudança em direção a um “pós-Consenso de Washington” em torno de “boa” governança e redução da pobreza, mas um imaginário fundado no lugar persiste sob isto (SHEPARD; LEITNER, 2010).

Na escala internacional, tem havido um marcante florescimento recente da pesquisa histórica econômica empírica, adicionando um bom tanto de nuance a nosso entendimento do capitalismo globalizante e sua relação com a desigualdade socioespacial (por exemplo, MILANOVIC, 2005; WILLIAMSON, 2005; ACEMOGLU; ROBINSON, 2012; HAUSMANN; HIDALGO, 2014; PIKETTY, 2014). Também aqui o pensamento fundado no lugar predomina. Discute-se que as consequências negativas do capitalismo devem-se a má governança imposta por autoridades coloniais, que a desigualdade de renda e riqueza é um resultado de taxas lentas de crescimento territorial e que a desigualdade entre nações se deve a diferenças fundadas no lugar quanto às instituições políticas, à geografia física ou à diversidade e ao conflito culturais (SACHS, 2005; COLLIER, 2007). Em termos de conectividades, mudanças de ampla escala na geografia global do desenvolvimento são designadas para balancear as respostas à queda dos custos de transporte pelo mundo todo (BALDWIN, 2006; WILLIAMSON, 2011). Presume-se igualmente que tais conectividades serão mutualmente benéficas no capitalismo de livre mercado, tal como na doutrina do livre comércio, o que sugere que as conectividades não são uma causa significativa da desigualdade geográfica (SHEPPARD, 2012).

Fora isso, na escala subnacional, Storper (1997a) argumenta que as cidades ou regiões precisam reunir a mistura correta de qualidades relacionais fundadas

no lugar para que prosperem face às forças centrífugas do capitalismo globalizante. Para alguns críticos do relatório “Reshaping economic geography”<sup>17</sup> do Banco Mundial (WORLD BANK, 2009), devido a sua análise excessivamente simplista e otimista de como o capitalismo eventualmente reduz a desigualdade, as abordagens fundadas no lugar continuam sendo a chave para a riqueza e pobreza dos lugares – quer isso seja sobre atrair a “classe criativa”, quer seja sobre lidar com as possibilidades diferenciadas de distintos agrupamentos de características regionais (FLORIDA, 2002; BARCA; MCCANN; RODRIGUEZ-POSE, 2012; STORPER, 2013). Isso é porque os lugares se encontram dentro de um espaço indiferenciado de fluxos – uma “pura economia de fluxos” (STORPER, 1997b, p. 28) ou campo de transações de “alcance geográfico ilimitado” (SCOTT, A., 2000, p. 88) –, o que implica que as conectividades inter-regionais e interurbanas sejam bem menos cruciais do que as redes locais e outras economias de aglomeração (SCOTT; STORPER, 2015). Nessa visão, conectividades externas ao lugar também poderiam importar, mas largamente em maneiras mutuamente benéficas: “O comércio permite que as cidades se especializem e vendam aquilo que produzem em troca dos produtos especializados de outros lugares. A variabilidade econômica das cidades e o crescimento do comércio em longa distância são então fenômenos complementares e mutuamente reforçativos.” (SCOTT; STORPER, 2015, p. 7). Aqui, também, o pensamento fundado no lugar é priorizado. As características do lugar são levantadas para determinar vantagens comparativas ou competitivas: se essas forem corretamente identificadas como o fundamento para a especialização e a troca, então todos os lugares podem igualmente se beneficiar.

Pensar geograficamente vai além desses imaginários fundados no lugar para prestar grande atenção na possibilidade de que os efeitos geográficos e as características fundadas no lugar sejam moldados por conectividades desiguais, ligando nações, regiões, cidades e comunidades (cf. MASSEY, 1991). O territorialismo metodológico pensa as regiões como unidades espaciais de análise parcialmente autônomas, com interconectividades, na medida em que elas de fato importem, que tendem a reduzir e não a aumentar as desigualdades. Esse imaginário “rearranja a diferenciação espacial em termos de uma sequência temporal” (MASSEY, 1999, p. 271), perfilando as regiões em uma única trajetória de desenvolvimento – chamada de estágios de crescimento econômico no manifesto

<sup>17</sup>N.T.: Em uma tradução livre para o português, “Remodelando a geografia econômica”.

anticomunista de Rostow (1960). Aqui, as diferenças entre os lugares são reduzidas à temporalidade – quão longe eles avançaram em uma trajetória que tem as economias capitalistas do Atlântico Norte como pontas de lança.

Entretanto, há evidências empíricas e análises teóricas abundantes que põem esse imaginário em questão. As conectividades entre os lugares frequentemente são desiguais, reforçando, ao invés de mitigando, a desigualdade geográfica (nos lugares e entre eles). Além do mais, enquanto os custos de comunicações caem, desigualmente e com reversões, as desigualdades em termos de vantagens locais relativas – entre lugares centrais e periféricos – não estão se dissolvendo em um mundo nivelado. Por exemplo, Lewis (2014) descreve até onde negociantes de alta frequência vão, e os custos que estão dispostos a correr, para reduzir a distância espaço-temporal entre seus servidores e a Bolsa de Valores de Nova York em alguns milissegundos (dramaticamente remodelando no processo a geografia da finança global). Por fim, o imaginário de que regiões pobres simplesmente estão para trás e que avançarão até convergirem completamente como sendo um resultado do capitalismo globalizante tem sido incapaz de entregar sua promessa, a despeito de mudanças de crenças com relação a qual forma do capitalismo (indo da liderada pelo Estado ao livre mercado) permitirá isso (KUZNETS, 1955; PIKETTY, 2014).

Pensar geograficamente sobre o capitalismo globalizante, lidando tanto com sua coconstituição em relação a várias espacialidades quanto com os entrelaçamentos dos fenômenos e processos econômicos com aqueles fenômenos mais-que-humanos e político-culturais, permite-nos entender por que as conectividades tendem a reproduzir desnivelamentos e desigualdades. Enquanto alguns lugares rapidamente prosperam, outros retrocedem. O capitalismo globalizante, portanto, é gerador de desigualdade socioespacial (desenvolvimento geográfico desigual), o que o torna insuficiente para garantir chances iguais de subsistência para todos em todo lugar. Assim como nossas possibilidades individuais não dependem simplesmente de nossas características, mas de interações com outros diferentemente posicionados, também as possibilidades com que os territórios se deparam dependem de suas conectividades e posicionalidades desiguais.

### *Proposição 6: As alternativas são recorrentes e necessárias*

Pensar (ou não pensar) geograficamente sobre o capitalismo globalizante revelou evidências abundantes de uma grande variedade de formas de vida econômica que resistem, superam ou simplesmente tangenciam a produção de mercadorias e as trocas de mercado, não só em sociedades supostamente tradicionais ou menos desenvolvidas, mas também perto do coração do capitalismo globalizante (nas tais cidades “globais” como Londres ou Nova York; por exemplo, GIBSON-GRAHAM, 1996, 2006; LEE, 2006; LEITNER *et al.*, 2007; BENJAMIN, 2008; ROY, 2009; SIMONE, 2010; MASSEY, 2011). Dada a tendência do capitalismo globalizante a reproduzir desigualdade socioespacial, falhando em cumprir sua promessa, essas alternativas não deveriam mais serem vistas como práticas residuais, naturalmente murchando à sombra da trajetória inexorável de desenvolvimento do capitalismo. Elas são um valioso e diverso ecossistema experimental de normas, práticas e trajetórias – os bancos de sementes, se assim preferir, de alternativas ao capitalismo globalizante.

### **O potencial disruptivo do pensar geográfico**

Como perspectivado aqui, o pensamento geográfico tem o potencial de ultrapassar as categorias convencionais de produção de conhecimento – não só aquelas categorizadas em disciplinas separadas dentro de instituições acadêmicas, mas também as localizações sociais e espaciais (dentro e fora da Academia) onde o conhecimento é produzido todo dia. No seu melhor, o pensar geográfico fornece uma perspectiva vital e enormemente subvalorizada sobre os problemas mais urgentes que acometem o planeta.

Meu estudo de caso tem sido o capitalismo globalizante. Na perspectiva das disciplinas da ciência social *mainstream*, cujos proponentes se situam no Norte global, o capitalismo globalizante foi inventado na Europa, de onde ele se difundiu por todo o mundo. À medida que ocorre sua metástase, ele leva consigo o potencial para que qualquer lugar e qualquer pessoa alcancem estilos de vida paralelos àqueles da esfera do Norte global, sob a condição de que os lugares e pessoas conformem-se a suas expectativas. Nessa consideração hagiográfica, hoje em dia amplamente vista como um conhecimento em que se pode confiar, o empobrecimento é preponderantemente atribuído a aspectos fundados no lugar e a aspectos individuais:

ao fracasso dos lugares em subir os degraus do desenvolvimento e ao fracasso de seus residentes em adotar de maneira adequada os caminhos do capitalismo.

Ao pensar geograficamente, essa consideração fica profundamente abalada. Recordar as origens locais e interessadas do que passou a ser visto como ubíquo nos impele a particularizar aquilo que naturalizamos sobre o capitalismo. Isso significa questionar pressupostos e narrativas convencionais sobre quem se desenvolve onde, o que conta como desenvolvimento e como ele é atingido. Ao lidar com as conectividades desiguais globais, torna-se claro que a emergência da Europa como o centro global do capitalismo por volta do século XIX deveu-se a circunstâncias geográficas, não só ao *noûs* europeu. Essas conectividades, além disso, desvendam como a revolução industrial capitalista da Europa foi assegurada pelas brutalidades do colonialismo e da escravidão, às expensas da África, da Ásia e de outros territórios colonizados. Enquanto o capitalismo globalizante se espalhou para o resto do mundo, sob rótulos como o desenvolvimento e o mercado, pensar geograficamente também nos ajuda a perceber por que a prosperidade não se difundiu na sua esteira (BLAUT, 1987, 1993). As espaço-temporalidades endógenas e cambiantes do capitalismo enfraquecem a racionalidade do comportamento motivado por interesses próprios. As dinâmicas do desenvolvimento geográfico desigual revelam como o capitalismo globalizante permanece assombrado pelo conflito e pela instabilidade: geradores, ao invés de anuladores, de pobreza e desigualdade socioespacial (HART, 2002). Os entrelaçamentos dos processos econômicos com outros processos sicionaturais debilitam a capacidade de autossuficiência do capitalismo globalizante em incorporar o planeta em sua visão.

Se pensar geograficamente revela problemas inerentes ao capitalismo globalizante, também promove o ceticismo sobre soluções prontas. Uma resposta comum é buscar uma alternativa global, uma antítese do capitalismo globalizante, que está só esperando o momento certo para ser ungida como a melhor alternativa. Num mundo geograficamente diferenciado, há pouca razão para acreditar em receitas de bolo. Em vez de invocar outro “ismo”, nós devemos lidar com as coleções múltiplas e variegadas de práticas mais-que-capitalistas que já estão sendo experimentadas com, em e por todo tipo de lugar. Assim, pensar geograficamente significa examinar qualquer alternativa, mas sem recorrer à celebração do

saber local, para que se deixem florescer mil flores<sup>18</sup>. No espírito do pluralismo engajado, essas várias experiências devem ser criticamente avaliadas pelas perspectivas dos demais, buscando excelência através do aprendizado por meio da diversidade socioespacial. Certamente, essas avaliações devem ser flexionadas por normas morais e compromissos éticos — eu advogo pela emancipação e não pela exploração, pela colaboração acima da competição, pelo comum ao invés da privatização e pela democracia radical que desafie o mando dos especialistas.

O capitalismo globalizante, entretanto, é só um exemplo — um que me é familiar. Além disso, estou convicto de que pensar geograficamente é potencialmente disruptivo com relação a todos os tipos de entendimentos convencionais sobre a Terra que nos espreitam atualmente. Porém, o qualificativo importa. Atingir esse potencial só pode ser enormemente desafiador e difícil. A diversidade carrega consigo o potencial para a excelência, mas é preciso ter cuidado com as armadilhas da discordância, da crítica destrutiva, da competição, do carreirismo e do egocentrismo que muito frequentemente moldam nossas práticas acadêmicas.

## Agradecimentos

Sou grato a todos os mentores, colegas e orientandos cujas intervenções ao longo dos anos ajudaram a me esclarecer o que significa pensar geográfica e criticamente, com agradecimentos particulares a Trevor Barnes, Helga Leitner e Paul Plummer pelas críticas dos esboços deste artigo.

<sup>18</sup>N.T.: O autor faz referência a uma expressão popular em língua inglesa derivada de uma frase proferida por Mao Tsé-Tung em 1957: “Deixar que uma centena de flores desabrochem e que uma centena de escolas de pensamento se digladiem é a política para promover o progresso nas artes e nas ciências e uma cultura socialista florescente em nossa terra.” A expressão popular “to let a thousand flowers bloom” (deixar florescer mil flores) geralmente quer dizer que não se deve interferir em desenvolvimentos promissores nos seus estágios iniciais.

## Referências

- ABU-LUGHOD, J. (1991) *Before European hegemony: the world system A.D. 1250–1350*. Nova York: Oxford University Press.
- ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. (2012) *Why nations fail: the origins of power, prosperity, and poverty*. Nova York: Crown.
- ADORNO, T. W. (1982) *Against epistemology: a metacritique*. Oxford, Reino Unido: Basil Blackwell. Originalmente publicado em 1970.
- AGNEW, J. A. (1994) The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory. *Review of International Political Economy*, [s.l.], v. 1, p. 53-80.
- AGNEW, J. A. (2012) Putting politics into economic geography. In: BARNES, T. J.; PECK, J.; SHEPPARD, E. (ed.). *The Wiley-Blackwell companion to economic geography*. Nova York: Wiley, p. 567-580.
- AGNEW, J.; CORBRIDGE, S. (1995) *Mastering space: hegemony, territory and international political economy*. Londres: Routledge.
- AMIN, S. (1974) *Accumulation on a world scale*. Nova York: Monthly Review Press.
- ANDERSON, B. (1991) *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso.
- ANDERSON, B.; MCFARLANE, C. (2011) Assemblage and geography. *Area*, [s.l.], v. 43, p. 124-127.
- ARRIGHI, G. (2010) *The long twentieth century: money, power and the origins of our times*. Londres: Verso.
- BAIROCH, P. (1993) *Economics and world history*. Chicago: University of Chicago Press.
- BALDWIN, R. (2006) *Globalisation: the great unbundling(s)*. Helsinque: Prime Minister's Office, Economic Council of Finland.
- BARCA, F.; MCCANN, P.; RODRIGUEZ-POSE, A. (2012) The case for regional development intervention: placebased versus place-neutral approaches. *Journal of Regional Science*, [s.l.], v. 52, p. 134-152.
- BARNES, T. (1996) *Logics of dislocation: models, metaphors, and meanings of economic space*. Nova York: Guilford.
- BARNES, T.; SHEPPARD, E. (2010) "Nothing includes everything": towards engaged pluralism in Anglophone economic geography. *Progress in Human Geography*, [s.l.], v. 34, p. 193-214.
- BAUCOM, I. (2005) *Specters of the Atlantic: finance capital, slavery, and the philosophy of history*. Durham, NC, Estados Unidos: Duke University Press.
- BECKERT, S. (2014) *Empire of cotton: a new history of global capitalism*. Londres: Penguin.
- BENJAMIN, S. (2008) Occupancy urbanism: radicalizing politics and economy beyond policy and programs. *International Journal of Urban and Regional Research*, [s.l.], v. 32, p. 719-729.
- BERGMANN, L. (2012) A coevolutionary approach to the socionatural capitalist space economy. *Environment & Planning A*, [s.l.], v. 44, p. 518-537.
- BERGMANN, L.; SHEPPARD, E.; PLUMMER, P. (2009) Capitalism beyond harmonious equilibrium: mathematics as if human agency mattered. *Environment & Planning A*, [s.l.], v. 41, p. 265-283.
- BERNSTEIN, R. J. (1976) *The restructuring of social and political theory*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- BERNSTEIN, R. J. (1988) Pragmatism, pluralism and the healing of wounds. *Proceedings and Addresses of the American Philosophical Association*, [s.l.], v. 63, p. 5-18.
- BLAUT, J. (1976) Where was capitalism born? *Antipode*, [s.l.], v. 8, p. 1-11.
- BLAUT, J. (1987) Diffusionism: a uniformitarian critique. *Annals of the Association of American Geographers*, [s.l.], v. 77, p. 30-47.
- BLAUT, J. (1993) *The colonizer's model of the world*. Nova York: Guilford.
- BLAUT, J. (2000) *Eight Eurocentric historians*. Nova York: Guilford.
- BONDS, A. (2013) Racing economic geography: the place of race in economic geography. *Geography Compass*, [s.l.], v. 7, p. 398-411.
- BRENNER, N. (1997) State territorial restructuring and the production of spatial scale: urban and regional planning in the FRG 1960–1990. *Political Geography*, [s.l.], v. 16, p. 273-306.
- BRENNER, N. (2004) *New state spaces: urban governance and the rescaling of statehood*. Oxford, Reino Unido: Oxford

University Press.

BROWNE, K.; LIM, J.; BROWN, G. (ed.). (2009) *Geographies of sexualities: theory, practices and politics*. Farnham, Reino Unido: Ashgate.

BUNGE, W. (1966) *Theoretical geography*. Lund, Suécia: C. W. K. Gleerup.

CARTER, P.; MALOUF, D. (1989) *Spatial history*. *Textual Practice*, [s.l.], v. 3, p. 173-183.

CHATURVEDI, S. (2003) Towards a critical geography of partition(s): some reflections on and from South Asia. *Environment & Planning D: Society & Space*, [s.l.], v. 21, p. 148-154.

CHO, S.; CRENSHAW, K. W.; MCCALL, L. (2013) Toward a field of intersectionality studies: theory, applications, and praxis. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, [s.l.], v. 38, p. 785-810.

CHURCH, M. (1996) Space, time and the mountain: how do we order what we see? In: RHOADS, B. L.; THORN, C. F. (ed.). *The scientific nature of geomorphology*. Londres: Wiley, p. 147-170.

CLARK, N. (2013) Geoengineering and geologic politics. *Environment and Planning A*, [s.l.], v. 45, p. 2825-2832.

COLLIER, P. (2007) *The bottom billion: why the poorest countries are failing and what can be done about it*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.

CRESSWELL, T. (2006) *On the move*. Londres: Routledge.

DELANDA, M. (2006) *A new philosophy of society: assemblage theory and social complexity*. Londres: Continuum.

DELANEY, D.; LEITNER, H. (1997) The political construction of scale. *Political Geography*, [s.l.], v. 16, p. 93-97.

DENIKE, K.; PARR, J. (1970) Production in space, competition and restricted entry. *Journal of Regional Science*, [s.l.], v. 10, p. 49-63.

DITTMER, J.; SHARP, J. (ed.). (2014) *Geopolitics: an introductory reader*. Londres: Routledge.

DOSSE, F.; GLASSMAN, D. (1998) *A history of structuralism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

DRIVER, F. (2003) The historicity of human geography. *Progress in Human Geography*, [s.l.], v. 12, p. 497-506.

ESCOBAR, A. (1995) *Encountering development*. Princeton, NJ, Estados Unidos: Princeton University Press.

ESSLETZBICHLER, J.; RIGBY, D. (2010) Generalized Darwinism and evolutionary economic geography. In: BOSCHMA, R. A.; MARTIN, R. (ed.). *The handbook of evolutionary economic geography*. Cheltenham, Reino Unido: Edward Elgar, p. 43-61.

FLORIDA, R. (2002) *The rise of the creative class*. Nova York: Basic Books.

FOUCAULT, M. (1973) *The order of things*. Nova York: Vintage. Originalmente publicado em 1971.

FOUCAULT, M. (1977) *Discipline and punish*. Nova York: Pantheon. Originalmente publicado em 1975.

FOWLER, C. S. (2007) Taking geographical economics out of equilibrium: implications for theory and policy. *Journal of Economic Geography*, [s.l.], v. 7, p. 265-284.

FOWLER, C. S. (2010) Finding equilibrium: how important is general equilibrium to the results of geographical economics? *Journal of Economic Geography*, [s.l.], v. 11, p. 457-480.

FRANK, A. G. (1978) *World accumulation 1492-1789*. Nova York: Monthly Review Press.

FRANK, A. G. (1998) *ReORIENT: global economy in the Asian age*. Berkeley: University of California Press.

GIBSON-GRAHAM, J. K. (1996) *The end of capitalism (as we knew it)*. Oxford, Reino Unido: Blackwell.

GIBSON-GRAHAM, J. K. (2006) *A postcapitalist politics*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

GIDDENS, A. (1984) *The constitution of society: outline of the theory of structuration*. Berkeley: University of California Press.

GLEESON, B. (1999) *Geographies of disability*. Londres: Routledge.

GOLDBERG, D. T. (2006) Racial Europeanization. *Ethnic and Racial Studies*, [s.l.], v. 29, p. 331-364.

HARAWAY, D. (1988) Situated knowledges: the science question and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, [s.l.], v. 14, p. 575-599.

HARAWAY, D. (1991) *Simians, cyborgs and women: the reinvention of nature*. Londres: Routledge.

HARCOURT, G. C. (1972) *Some Cambridge controversies in the theory of capital*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

HARDING, S. (1991) *Whose science? Whose knowledge?* Ithaca, NY, Estados Unidos: Cornell University Press.

- HARRISON, S.; DUNHAM, P. (1998) Docoherece, quantum theory and their implications for the philosophy of geomorphology. *Transactions of the Institute of British Geographers*, [s.l.], v. 23, p. 501-514.
- HART, G. (2002) *Disabling globalization: places of power in postapartheid South Africa*. Berkeley: University of California Press.
- HARTSHORNE, R. (1939) *The nature of geography: a critical survey of current thought in the light of the past*. Lancaster, PA, Estados Unidos: Association of American Geographers.
- HARTSHORNE, R. (1959) *Perspective on the nature of geography*. Chicago: Rand McNally.
- HARVEY, D. (1969) *Explanation in geography*. Londres: Edward Arnold.
- HARVEY, D. (1990) Between space and time: Reflections on the geographical imagination. *Annals of the Association of American Geographers*, [s.l.], v. 80, p. 418-435.
- HARVEY, D. (1996) *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford, Reino Unido: Basil Blackwell.
- HAUSMANN, R.; HIDALGO, C. A. (2014) *The atlas of economic complexity: mapping paths to prosperity*. Cambridge, MA, Estados Unidos: MIT Press.
- HEGEL, G. W. F. (1998) *Science of logic*. Amherst, NY, Estados Unidos: Humanity Books. Originalmente publicado em 1841.
- HEROD, A. (2001) *Labor geographies: workers and the landscapes of capitalism*. Nova York: Guilford.
- HOBSON, J. M. (2004) *The eastern origins of western civilisation*. Cambridge, UK, Reino Unido: Cambridge University Press.
- HODGSON, G. M. (2002) Darwinism in economics: from analogy to ontology. *Journal of Evolutionary Economics*, [s.l.], v. 12, p. 259-281.
- HONG, G. K. (2011) Existentially surplus: women of color feminism and the new crises of capitalism. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, [s.l.], v. 18, p. 87-106.
- HONG, G. K.; FERGUSON, R. A. (2011) Introduction. In: HONG, G. K.; FERGUSON, R. A. (ed.). *Strange affinities: The gender and sexual politics of comparative racialization*. Durham, NC, Estados Unidos: Duke University Press, p. 1-24.
- HUMBOLDT, A. (1845-1862) *Kosmos: Entwurf einer physische Weltbeschreibung*. Stuttgart: Gotta-'ischer Verlag.
- HUNTINGTON, E. (1922) *Civilization and climate*. New Haven, CT, Estados Unidos: Yale University Press.
- INKPEN, R.; WILSON, G. (2013) *Science, philosophy and physical geography*. Londres: Routledge.
- JESSOP, R.; BRENNER, N.; JONES, M. (2008) Theorizing sociospatial relations. *Environment & Planning D: Society & Space*, [s.l.], v. 26, p. 389-401.
- JOHNSON, W. (2013) *River of dark dreams: slavery and empire in the cotton kingdom*. Cambridge, MA, Estados Unidos: Belknap.
- JONES, M. (2009) *Phase space: geography, relational thinking, and beyond*. *Progress in Human Geography*, [s.l.], v. 33, p. 487-506.
- KELLERT, S. H. (1993) *In the wake of chaos*. Chicago: University of Chicago Press.
- KIPLING, R. (1899) The white man's burden. *McClure's Magazine*, [s.l.], v. 12, Feb., p. 290-291.
- KIRMAN, A. (1992) Whom or what does the representative individual represent?. *Journal of Economic Perspectives*, [s.l.], v. 6, p. 117-136.
- KOBAYASHI, A. (2014) The dialectic of race and the discipline of geography. *Annals of the Association of American Geographers*, [s.l.], v. 104, p. 1101-1115.
- KRUGMAN, P. (1991) *Geography and trade*. Cambridge, MA, Estados Unidos: MIT Press.
- KRUGMAN, P. (1995) *Development, geography, and economic theory*. Cambridge, MA, Estados Unidos: MIT Press.
- KRUGMAN, P. (1996) *The self-organizing economy*. Oxford, Reino Unido: Blackwell.
- KUHN, T. S. (1962) *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press.
- KUZNETS, S. (1955) Economic growth and income inequality. *American Economic Review*, [s.l.], v. XLV, p. 1-28.
- LAKATOS, I. (1970) Falsification and the methodology of scientific research programmes. In: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (ed.). *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press, p. 91-195.
- LATOUR, B. (1987) *Science in action*. Cambridge, MA, Estados Unidos: Harvard University Press.

- LAVE, R.; WILSON, M. W.; BARRON, E. S.; BIERMANN, C.; CAREY, M. A.; DUVALL, C. S.; JOHNSON, L. et al. (2014) Intervention: Critical physical geography. *The Canadian Geographer/Le Géographe canadien*, [s.l.], v. 58, p. 1-10.
- LAW, J. (1996) On the methods of long-distance control: vessels, navigation and the Portuguese route to India. In: LAW, J. (ed.). *Power, action and belief: a new sociology of knowledge?*. Londres: Routledge, p. 234-263.
- LEE, R. (2006) The ordinary economy: tangled up in values and geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, [s.l.], v. 31, p. 413-432.
- LEFEBVRE, H. (1974) *The production of space*. Oxford, Reino Unido: Blackwell. Originalmente publicado em 1991.
- LEITNER, H.; MILLER, B. (2007) Scale and the limitations of ontological debate: a commentary on Marston, Jones and Woodward. *Transactions of the Institute of British Geographers*, [s.l.], v. 32, p. 116-125.
- LEITNER, H.; PAVLIK, C.; SHEPPARD, E. (2002) Networks, governance and the politics of scale: inter-urban networks and the European Union. In: HEROD, A.; WRIGHT, M. (ed.). *Geographies of power: placing scale*. Oxford, Reino Unido: Blackwell, p. 274-303.
- LEITNER, H.; SHEPPARD, E.; SZIARTO, K. M. (2008) The spatialities of contentious politics. *Transactions of the Institute of British Geographers*, [s.l.], v. 33, p. 157-172.
- LEITNER, H.; SHEPPARD, E. S.; SZIARTO, K.; MARINGANTI, A. (2007) Contesting urban futures: decentering neoliberalism. In: LEITNER, H.; PECK, J.; SHEPPARD, E. (ed.). *Contesting neoliberalism: urban frontiers*. Nova York: Guilford, p. 1-25.
- LESZCZYNSKI, A. (2009) Quantitative limits to qualitative engagements: GIS, its critics, and the philosophical divide. *The Professional Geographer*, [s.l.], v. 61, p. 350-365.
- LEWIS, M. (2014) *Flash boys: A Wall Street revolt*. Nova York: Norton.
- LINDQVIST, S. (1992) *"Exterminate all the brutes": one man's odyssey into the heart of darkness and the origins of European genocide*. Nova York: The New Press.
- LIVINGSTONE, D. N. (2000) Making space for science. *Erdkunde*, [s.l.], v. 54, p. 285-296.
- LONGINO, H. (2002) *The fate of knowledge*. Princeton, NJ, Estados Unidos: Princeton University Press.
- LÖSCH, A. (1954) *The economics of location*. New Haven, CT, Estados Unidos: Yale University Press. Originalmente publicado em 1940.
- LOW, N.; GLEESON, B. (1998) *Justice, society and nature*. Londres: Routledge.
- LUKERMANN, F. (1989) The nature of geography: post hoc, ergo propter hoc?. In: ENTRIKIN, N.; BRUNN, S. (ed.). *Reflections on Richard Hartshorne's The nature of geography*. Washington, DC, Estados Unidos: Association of American Geographers, p. 53-69.
- MARSTON, S. (2000) *The social construction of scale*. *Progress in Human Geography*, [s.l.], v. 24, p. 219-242.
- MARSTON, S. A.; JONES, III, J. P.; WOODWARD, K. (2005) Human geography without scale. *Transactions of the Institute of British Geographers*, [s.l.], v. 30, p. 416-432.
- MARTIN, R.; SUNLEY, P. (2014) Towards a developmental turn in evolutionary economic geography? *Regional Studies*, [s.l.], v. 49, p. 712-732.
- MARX, K. (1853) *The British rule in India*. New-York Daily Tribune, 25 June, p. 5.
- MARX, K. (1967) *Capital: a critique of political economy*. v. 1. Nova York: International. Originalmente publicado em 1867.
- MASSEY, D. (1991) *A global sense of place*. *Marxism Today*, June, p. 24-29.
- MASSEY, D. (1999) Space-time, "science" and the relationship between physical geography and human geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, [s.l.], v. 24, p. 261-276.
- MASSEY, D. (2011) A counterhegemonic relationality of place. In: MCCANN, E.; WARD, K. (ed.). *Mobile urbanism: cities and policymaking in the global age*. Minneapolis: University of Minnesota Press, p. 1-14.
- MAY, J.; THRIFT, N. (ed.). (2001) *Timespace: geographies of temporality*. Londres: Routledge.
- MILANOVIC, B. (2005) *Worlds apart: measuring international and global inequality*. Princeton, NJ, Estados Unidos: Princeton University Press.
- MITCHELL, T. (2005) The work of economics: how a discipline makes its world. *European Journal of Sociology*, [s.l.], v. 46, p. 297-320.

- MOHANTY, C. T. (2003) "Under western eyes" revisited: solidarity through anti-capitalist struggles. In: MOHANTY, C. T. *Feminism without borders: Decolonizing theory, practicing solidarity*. Durham, NC, Estados Unidos: Duke University Press, p. 221-251.
- MOUFFE, C. (2000) *Deliberative democracy or agonistic pluralism*. Viena: Institut für Höhere Studien.
- MURDOCH, J. (1997) *The spaces of actor-network theory*. *Geoforum*, [s.l.], v. 29, p. 357-374.
- MURDOCH, J. (2005) *Post-structural geography: a guide to relational space*. Thousand Oaks, CA, Estados Unidos: Sage.
- MURGATROYD, L.; SAVAGE, M.; SHAPIRO, D.; URRY, J.; WALBY, S.; WARDE, A.; MARK-LAWSON, J. (1985) *Localities, class and gender*. Londres: Pion.
- MUTHU, S. (2003) *Enlightenment against empire*. Princteon, NJ, Estados Unidos: Princeton University Press.
- NAGAR, R.; GEIGER, S. (2007) Reflexivity, positionality and identity in feminist fieldwork: beyond the impasse. In: TICKEL, A.; SHEPPARD, E.; PECK, J.; BARNES, T. J. (ed.). *Politics and practice in economic geography*. Thousand Oaks, CA, Estados Unidos: Sage, p. 267-278.
- NORGAARD, R. (1994) *Development betrayed: the end of progress and a coevolutionary revisioning of the future*. Londres: Routledge.
- O'CONNOR, J. (1991) On the two contradictions of capitalism. *Capitalism Nature Socialism*, [s.l.], v. 2, p. 107-109.
- OMI, M.; WINANT, H. (2014) *Racial formation in the United States*. Londres: Routledge. Originalmente publicado em 1994.
- O'NEILL, P.; MCGUIRK, P. (2005) Towards an Antipodean theory of space. In: O'NEILL, P.; WRIGHTON, G. (ed.). *Proceedings of the ARCRNMISS Methodology, Tools and Techniques and Spatial Theory Paradigm Forums Workshop*. Melbourne: RMIT Publishing, p. 207-216.
- OTTAVIANO, G.; THISSE, J.-F. (2004) Agglomeration and economic geography. In: HENDERSON, J. V.; THISSE, J.-F. (ed.). *Handbook of urban and regional economics*. v. 4. Amsterdã: Elsevier, p. 2564-2608.
- PECK, J. (2010) *Constructions of neoliberal reason*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- PECK, J.; THEODORE, N. (2007) Variegated capitalism. *Progress in Human Geography*, [s.l.], v. 31, p. 731-772.
- PECK, J.; THEODORE, N. (2015) *Fast policy: experimental statecraft at the thresholds of neoliberalism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- PHILLIPS, J. D. (1999) *Earth surface systems: complexity, order and scale*. Malden, MA, Estados Unidos: Blackwell.
- PIKETTY, T. (2014) *Capital in the twenty-first century*. Cambridge, MA: Belknap Books.
- PLUMMER, P.; SHEPPARD, E.; HAINING, R. P. (2012) Rationality, stability and endogenous price formation in spatially interdependent markets. *Environment & Planning A*, [s.l.], v. 44, p. 538-559.
- POPPER, K. (1959) *The logic of scientific discovery*. Nova York: Basic Books.
- RAY, I. (2011) *Bengal industries and the British industrial revolution (1757-1857)*. Londres: Routledge.
- READINGS, B. (1996) *The university in ruins*. Cambridge, MA, Estados Unidos: Harvard University Press.
- RHOADS, B. L.; THORN, C. E. (ed.). (1996) *The scientific nature of geomorphology*. Chichester, Reino Unido: Wiley.
- RITTER, C. (1818) *Die Erdkunde im Verhältniss zur Natur und zur Geschichte des Menschen*. Berlim: G. Reimer.
- ROSE, G. (1993) *Feminism & geography: the limits of geographical knowledge*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- ROSTOW, W. W. (1960) *The stages of economic growth: a noncommunist manifesto*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- ROY, A. (2009) Strangely familiar: planning and the worlds of insurgence and informality. *Planning Theory*, [s.l.], v. 8, p. 7-11.
- SACHS, J. D. (2000) The geography of economic development. *Naval War College Review*, [s.l.], v. LIII, p. 93-105.
- SACHS, J. D. (2001) Tropical underdevelopment. *NBER Working Paper*, Cambridge, MA, Estados Unidos, n. 8119.
- SACHS, J. D. (2005) *The end of poverty: economic possibilities for our time*. Nova York: Penguin.
- SAID, E. W. (1978) *Orientalism*. Nova York: Vintage.
- SAID, E. W. (1994) *Culture and imperialism*. Nova York: Vintage.
- SCHAEFFER, F. K. (1953) Exceptionalism in geography: a methodological examination. *Annals of the Association of American*

- Geographers*, [s.l.], v. 43, p. 226-249.
- SCHUURMAN, N. (1999) Critical GIS: theorizing an emerging science. *Cartographica*, [s.l.], v. 36, p. 1-107.
- SCHUURMAN, N. (2001) Reconciling social constructivism and realism in GIS. *ACME: an International E-Journal for Critical Geographies*, [s.l.], v. 1, p. 73-90.
- SCHUURMAN, N. (2002) Women and technology in geography: a cyborg manifesto for GIS. *The Canadian Geographer*, [s.l.], v. 46, p. 258-265.
- SCOTT, A. J. (1988) *New industrial spaces: flexible production organization and regional development in North America and Western Europe*. Londres: Pion.
- SCOTT, A. J. (2000) Global city-regions and the new world system. In: YUSUF, S.; WU, W.; EVERETT, S. (ed.). *Local dynamics in an era of globalization: 21st century catalysts for development*. Nova York: Oxford University Press, p. 84-91.
- SCOTT, A. J.; STORPER, M. (2015) The nature of cities: the scope and limits of urban theory. *International Journal of Urban and Regional Research*, [s.l.], v. 39, p. 1-15.
- SCOTT, J. C. (1985) *Weapons of the weak: everyday forms of peasant resistance*. New Haven, CT, Estados Unidos: Yale University Press.
- SEMPLE, E. C. (1911) *Influences of geographic environment*. Nova York: Holt.
- SHAPIN, S. (1996) *The scientific revolution*. Chicago: University of Chicago Press.
- SHAPIN, S. (1998) Placing the view from nowhere: historical and sociological problems in the location of science. *Transactions of the Institute of British Geographers*, [s.l.], v. 23, p. 5-12.
- SHEPPARD, E. (2002) The spaces and times of globalization: place, scale, networks, and positionality. *Economic Geography*, [s.l.], v. 78, p. 307-330.
- SHEPPARD, E. (2005a) Free trade: the very idea! From Manchester boosterism to global management. *Transactions of the Institute of British Geographers*, [s.l.], v. 30, p. 151-172.
- SHEPPARD, E. (2005b) Knowledge production through critical GIS: genealogy and prospects. *Cartographica*, [s.l.], v. 40, p. 5-21.
- SHEPPARD, E. (2012) Trade, globalization and uneven development: Entanglements of geographical political economy. *Progress in Human Geography*, [s.l.], v. 36, p. 44-71.
- SHEPPARD, E. (2014) We have never been positivist. *Urban Geography*, [s.l.], v. 35, p. 636-644.
- SHEPPARD, E. (2018) Heterodoxy as orthodoxy: prolegomenon for a geographical political economy. In: CLARK, G.; FELDMAN, M.; GERTLER, M.; WOJCIK, D. *The new Oxford handbook of economic geography*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press, p. 159-178.
- SHEPPARD, E.; CURRY, L. (1982) Spatial price equilibria. *Geographical Analysis*, [s.l.], v. 14, p. 279-304.
- SHEPPARD, E.; HAINING, R. P.; PLUMMER, P. (1992) Spatial pricing in interdependent markets. *Journal of Regional Science*, [s.l.], v. 32, p. 55-75.
- SHEPPARD, E.; LEITNER, H. (2010) Quo vadis neoliberalism?: the remaking of global capitalist governance after the Washington Consensus. *Geoforum*, [s.l.], v. 41, p. 185-194.
- SHEPPARD, E.; PLUMMER, P. (2007) Toward engaged pluralism in geographical debate. *Environment and Planning A*, [s.l.], v. 39, p. 2545-2548.
- SIMONE, A. (2010) *City life from Dakar to Jakarta*. Londres: Routledge.
- SMITH, N. (1981) Degeneracy in theory and practice: spatial interactionism and radical eclecticism. *Progress in Human Geography*, [s.l.], v. 5, p. 111-118.
- SMITH, N. (1984) *Uneven development: nature, capital and the production of space*. Oxford, Reino Unido: Basil Blackwell.
- SMITH, N. (1992) Geography, difference and the politics of scale. In: DOHERTY, J.; GRAHAM, E.; MALEK, M. (ed.). *Postmodernism and the social sciences*. Londres: Macmillan, p. 57-79.
- SOJA, E. (1980) The socio-spatial dialectic. *Annals of the Association of American Geographers*, [s.l.], v. 70, p. 207-225.
- SRAFFA, P. (1960) *The production of commodities by means of commodities*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.

- STARRETT, D. (1978) Market allocations of location choice in a model with free mobility. *Journal of Economic Theory*, [s.l.], v. 17, p. 21-37.
- STORPER, M. (1997a) *The regional world: territorial development in a global economy*. Nova York: Guilford.
- STORPER, M. (1997b) Territories, flows and hierarchies in the global economy. In: COX, K. (ed.). *Spaces of globalization: reasserting the power of the local*. Nova York: Guilford, p. 19-44.
- STORPER, M. (2013) *Keys to the city: how economics, institutions, social interaction, and politics shape development*. Princeton, NJ, Estados Unidos: Princeton University Press.
- STORPER, M.; SCOTT, A. J. (1993) *The wealth of regions: market forces and policy imperatives in local and global context*. Los Angeles: The Lewis Center for Regional Policy Studies, UCLA.
- STORPER, M.; WALKER, R. (1989) *The capitalist imperative: territory, technology and industrial growth*. Oxford, Reino Unido: Basil Blackwell.
- THALER, R. H.; SUNSTEIN, C. R. (2003) Libertarian paternalism. *American Economic Review*, [s.l.], v. 93, p. 175-179.
- THRIFT, N. (1994) Inhuman geographies: landscapes of light, speed and power. In: CLOKE, P. J.; DOEL, M.; MATLESS, D.; THRIFT, N.; PHILLIP, M. (ed.). *Writing the rural: five cultural geographies*. Londres: Paul Chapman, p. 191-248.
- TICKELL, A.; PECK, J. (1992) Accumulation, regulation and the geographies of post-Fordism: missing links in regulationist research. *Progress in Human Geography*, [s.l.], v. 16, p. 190-218.
- TRENTMANN, F. (2008) *Free trade nation: commerce, consumption, and civil society in modern Britain*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- TUAN, Y.-F. (1977) *Space and place: the perspective of experience*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- VALENTINE, G. (2007) Theorizing and researching intersectionality: a challenge for feminist geography. *The Professional Geographer*, [s.l.], v. 59, p. 10-21.
- WALLERSTEIN, I. (1979) *The capitalist world economy*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- WEBER, M. (2003) *The Protestant ethic and the spirit of capitalism*. Nova York: Dover. Originalmente publicado em 1902.
- WHATMORE, S.; THORNE, L. (1997) Nourishing Networks: alternative geographies of food. In: GOODMAN, D.; WATTS, M. (ed.). *Globalizing food: agrarian questions and global restructuring*. Londres: Routledge, p. 287-304.
- WILLEMS-BRAUN, B. (1997) Buried epistemologies: the politics of nature in (post) colonial British Columbia. *Annals of the Association of American Geographers*, [s.l.], v. 87, p. 3-31.
- WILLIAMSON, J. G. (2005) *Globalization and the poor periphery before 1950*. Cambridge, MA, Estados Unidos: MIT Press.
- WILLIAMSON, J. G. (2006) Globalization, de-industrialization and underdevelopment in the third world before the modern era. *Revista de Historia Económica*, [s.l.], v. 24, p. 9-36.
- WILLIAMSON, J. G. (2011) *Trade and poverty: when the third world fell behind*. Cambridge, MA, Estados Unidos: MIT Press.
- WORLD BANK. (2009) *World development report 2009: reshaping economic geography*. Washington, DC, Estados Unidos: World Bank.
- YIFTACHEL, O. (2009) Theoretical notes on "gray cities": the coming of urban apartheid. *Planning Theory*, [s.l.], v. 8, p. 88-100.
- YOUNG, I. M. (2000) *Inclusion and democracy*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.